

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 28 DE ABRIL DE 2014

N.º 3/2014

DIA: Vinte e oito de abril do ano de dois mil e catorze.-----

HORA: Dezanove horas e quarenta minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho;-----

O PRESIDENTE: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira, (CDS/PP); -----

2º SECRETÁRIO: Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva, (CDS/PP),
designado para o efeito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres, (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, (CDS/PP); -----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro, (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, (CDS/PP); -----

- Albano de Oliveira Braga, (CDS/PP), **que chegou mais tarde como então se
faz referência;** -----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques, (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, (PPD/PSD);-----

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, (PPD/PSD);-----

2014.04.28

- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, (PPD/PSD);-----
- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes, (PPD/PSD);-----
- Mariana Cubal Fonseca Brandão, (PPD/PSD); -----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida, (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras, (PS);-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, (PS); -----
- PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos; -----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Dra. Cristina Maria Vasconcelos Quintas, representante legal do Sr. Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho; -----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores Dr. António Alberto Almeida de

2014.04.28

Matos Gomes, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva, Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite deu inicio à sessão convidando o seu antecessor Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho para o descerramento da sua fotografia. -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- CERIMÓNIA DE DESCERRAMENTO DA FOTOGRAFIA DO ANTERIOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – DR. MANUEL AUGUSTO DE BASTOS CARVALHO. ---

Procedeu-se ao descerramento da fotografia do Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Presidente da Assembleia Municipal, no mandato 2009-2013, que ficou exposta no salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, que proferiu o seguinte discurso: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra: -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal: -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

Exmas. Senhoras e Senhor Vereadores: -----

Exmos. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: -----

Caras e Caros Amigos: -----

Comunicação Social: -----

É graças a um gesto de grande nobreza do Sr. Presidente da Assembleia Municipal - Sr. Eng.º Rui Leite, que vivo este bom momento da minha vida de Autarca. -----

Obrigado Senhor Presidente. -----

É uma honra entrar nesta galeria de Homens notáveis. Os mais notáveis da história do poder local democrático em Vale de Cambra.-----

2014.04.28

Mas para mim, aqui e agora, não importa quem está nesta tribuna mas sim quem me trouxe aqui e o que faço aqui. -----

Quem me trouxe aqui foi o Povo de Vale de Cambra que me honrou com a sua confiança e me deu o privilégio de o servir. -----

É esse Povo que fez em Vale de Cambra o milagre económico social e cultural que vivemos que quero sempre homenagear. -----

É o Povo que está aqui. Honra lhes seja feita.-----

Como Autarca, quero lembrar e saudar todos os Autarcas que ao longo da história do nosso Município souberam fazer prevalecer a nossa Autonomia e manter viva a chama do nosso desenvolvimento. -----

Os Autarcas estão aqui – Honra lhes seja feita. -----

Agradecimentos aos meus amigos e apoiantes que foram e são sempre muitos e aos meus concorrentes que pela sua grande qualidade me fizeram levantar quando queria descansar. -----

Todos estão aqui – Honra lhes seja feita. -----

Sempre deixei a minha vida particular fora da minha vida pública. -----

Hoje vou ousar dedicar esta minha festa, quase epifania, à minha terra Cabrum, às Terras de Cambra e à minha família:-----

- Ao meu Pai que era melhor do que eu. -----

- À minha Mãe que um dia, quando me mandou estudar, me chamou para me ensinar a caminhar com os lobos e avisou:-----

- Se tiveres medo comem-te. -----

Foi esse caminhar, com respeito e sem virar as costas a ninguém que fez de mim combatente, professor e autarca.-----

2014.04.28

É por isso que abomino a deserção, não tolero a ideia de dar e receber a última aula e de perder a magia, apanágio dos Autarcas, de transformar problemas em soluções. -----

- À minha mulher, mulher da minha vida, pilar maior da minha estabilidade familiar. Sem ela não estaria aqui.-----

O futuro a Deus pertence, mas compete à Humanidade, é competência nossa, o aperfeiçoar da sua construção. -----

Entrego a esse futuro que quero próspero e feliz as minhas filhas, os filhos de Vale de Cambra, de Portugal e do Mundo. -----

Li algures que os problemas nunca derrotaram o nascer do sol e a esperança. ----

Ora em Vale de Cambra, nunca houve nem há Mulheres e Homens derrotados.

Há sim, Mulheres e Homens cheios de esperança em quem deposito total confiança na construção de um Município mais próspero, mais desenvolvido, mais solidário e inclusivo. -----

Para terminar, mais uma vez obrigado Sr. Presidente, honra lhe seja feita.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que após comunicação da impossibilidade de estar presente nesta sessão o Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, foi convocado nos termos da Lei, o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos, para preencher a vaga e participar nos trabalhos da sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia sugeriu a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da mãe da Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, membro desta Assembleia Municipal, que foi aprovado por unanimidade dos vinte e seis membros presentes.-----

Chegou à sessão o Sr. Albano de Oliveira Braga. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, disponibilizou a correspondência recebida desde a última sessão. -----

2014.04.28

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos, arquivados em pasta própria. -----

Entrou na sala aquando da votação da ata número um, a Sra. Dra. Cristina Maria Vasconcelos Quintas, tendo aguardado até à sua tomada de posse, para participar nos trabalhos da sessão. -----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE

2014: Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para saber se alguém tinha alguma correção a fazer à presente ata. -----

Interveio o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro, para fazer umas pequenas correções nas suas intervenções.-----

Usou da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques para dizer que na ata de 26 de fevereiro de 2014, concluiu-se o ponto 1 e iniciou-se o ponto 2 com a mesma afirmação. De tudo o que consta da ata, daquilo que se lembra que tenha sido proferido, não tem presente qualquer questão que o PSD tenha levantado, que tenha suscitado ao Sr. Presidente a necessidade de retirar este ponto.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para referir que o que acabou de ser dito, coloca-o num cenário completamente diferente daquele que viveu. Interveio várias vezes ao longo da sessão e aquilo que o Sr. Dr. Pina Marques acabou de dizer, coloca-o numa situação de viver uma realidade que não foi concretamente aquela que viveu. Foi dito que as pessoas deviam sair da sala e que não havia quórum. Essas informações surgiram fundamentalmente da bancada do PSD, tanto mais, que antes disso o Sr. Eng.º Afonso tinha perguntado de que forma votava, qual era o entendimento do Sr. Presidente da mesa relativamente à votação. -----

Em função da discussão que houve, relativamente ao entendimento acerca do ponto, e, estando naquela altura também presente a Sra. Vereadora Dra. Elisabete Rocha, que disse que quem não tinha estado presente nas sessões em questão, tinha que abandonar a sala. Perante uma situação destas e sendo de seu entendimento que as pessoas se podiam abster, pois era essa a informação que tinha recebido dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, quando confrontado com uma situação destas, para não levantar problemas e fundamentalmente esse problema surgiu da bancada do PSD, sugeriu que o ponto fosse retirado de apreciação. Este é o seu entendimento neste momento. O filme que viveu naquele momento foi este, tanto mais que ao longo da sessão manifestou precisamente essa situação. Não viveu uma situação diferente daquela que está a descrever neste momento. -----

Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques para dizer que aquilo que está na ata, não reflete as questões aqui mencionadas. Do que aparece da sua intervenção, quando diz que os efeitos práticos já estão aprovados, em relação à ata pela minuta. As questões a que aqui se alude, são factos que não constam da ata.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou quais eram os factos a que se referia? -----

O Sr. Dr. Pina Marques respondeu que as questões levantadas pelo PSD não constam da ata.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que o PSD naquele momento não quis votar a ata nitidamente e por isso foi retirada de apreciação.-----

O Sr. Dr. Pina Marques perguntou se o Sr. Presidente estava a ler a mesma ata que ele? -----

2014.04.28

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu que sabia a que ata se referia e que era possível dar-lhe outra interpretação, alterar o português, mas aquilo que efetivamente se passou relativamente à aprovação da ata, foi precisamente este problema, motivo que levou à convocação de uma sessão extraordinária para repor a legalidade. Podem chegar a acordo em relação a um novo texto relativamente ao português, mas não viveu uma realidade diferente da que está a afirmar neste momento.-----

O Sr. Dr. Pina Marques referiu que voltava a dizer que não era o que constava na ata. O que consta na ata não reflete as questões levantadas pelo PSD. As questões a que se alude, não são mencionadas na ata.-----

Era só o esclarecimento que pretendia. -----

Interveio o Sr. Dr. José Soares, para referir que na sessão em causa e perante a questão que foi colocada, e que também lhe levantava dúvidas, viu surgir espontaneamente de pessoas da bancada do PSD, a afirmação e a convicção, que de facto as pessoas que não tivessem estado presentes nas sessões de 28 de junho e 26 de julho de 2013 do anterior mandato, não podiam votar e que o ponto não devia ser votado, e, teriam de abandonar a sala. Foi essa a ideia com que ficou. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que pode acrescentar isso à ata e pôr à votação, porque realmente isso é a sua interpretação a sua leitura e memória do que aconteceu. Em relação às questões levantadas, esclareceu que o PSD defendia que as pessoas, que não tinham estado presentes nas duas sessões da última legislatura, teriam que abandonar a sala, não haveria quórum e portanto não havia condições para uma votação. Uma situação que não tinha suporte, não tinha parecer algum, aquilo que sugeriu ao plenário, foi que se retirasse o ponto. -----

2014.04.28

O que poria à votação neste ponto, não sabe se será esclarecedor e se vai de encontro àquilo que o Sr. Dr. Pina Marques pergunta, é dizer que as questões levantadas foram que quem não esteve presente na última legislatura, teria que abandonar a sala e que não haveria quórum para proceder à aprovação do ponto.

Usou da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro, para dizer que a ata tem de reproduzir aquilo que foi dito na sessão e por quem foi dito. Da maneira que está na ata, dá impressão que foi uma conclusão tirada por alguém. Quando muito, deveria ser: “A referência à intervenção do Sr. Presidente da Assembleia dizendo que face às declarações supostamente produzidas então retira a ata”. Da maneira como está, em bom rigor, e haverá alguém que irá ler a ata em outros tempos, dirão que não foram rigorosos, porque, de facto, tal qual como está na ata decorre de uma conclusão. As atas não podem ter conclusões, não podem ter considerações, têm de reproduzir fielmente aquilo que foi dito. -----

Talvez este assunto se ultrapasse fazendo uma redação diferente, dizendo que, eventualmente, a questão das observações feitas pelo PSD é uma coisa, outra coisa é a forma como foi dito. O Sr. Presidente da Mesa disse: “face a isto retire-se a ata”, em bom rigor a ata tem de ser isso. A ata não pode ter conclusões nem considerações. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que nesse momento inclusivamente pediu aconselhamento a nível jurídico à Sra. Vereadora que estava presente, Dra. Elisabete Rocha, tendo ela proferido que os membros que não faziam parte do anterior mandato, teriam que abandonar a sala e que não haveria quórum. -----

Face às questões levantadas por vários membros da bancada do PSD, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou a suspensão dos trabalhos da

2014.04.28

sessão por dois minutos, para apresentar uma nova redação da ata, para ser aprovada ou não.-----

Retomados os trabalhos da sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** apresentou a retificação e clarificação da questão levantada pelo Sr. Dr. Pina Marques, com a seguinte proposta de redação: -----

“Foi expressa a opinião de pessoas da bancada do PSD e pela Vereadora presente Sra. Dra. Elisabete Rocha, que os elementos que não faziam parte da anterior legislatura, teriam que se abster e ausentar da sala e por consequência não haveria quórum para a votação da ata”-----

Esta é a sua leitura do que se passou e é esta redação que vai por a votação. ----

Perguntou se mais alguém queria intervir, se o Sr. Eng.º Afonso teria mais alguma coisa a dizer, senão passaria a propor à votação a redação sugerida pela bancada do PSD, neste sentido. -----

Posta esta alteração da redação a votação, foi aprovada por unanimidade dos vinte e sete membros. -----

Interveio o Sr. Dr. Carlos Matos para fazer uma pequena correção na sua intervenção.-----

Colocada a votação a ata da sessão ordinária, realizada no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e catorze e efetuadas as devidas correções, foi a mesma aprovada por unanimidade dos vinte e sete membros. -----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2014: Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para saber se alguém tinha alguma correção a fazer à presente ata.-----

Interveio o Sr. Dr. José Soares para fazer uma pequena correção na sua intervenção.-----

2014.04.28

Colocada a votação a ata da sessão extraordinária, realizada no dia vinte e quatro de março de dois mil e catorze, e efetuadas as devidas correções, foi a mesma aprovada por vinte e seis votos a favor e uma abstenção da Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves da bancada do PS. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que recebeu comunicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Sr. Manuel Correia de Campos, a informar da impossibilidade de participar na sessão, e, que se faria representar pelo seu substituto legal, **Sra. Dra. Cristina Maria Vasconcelos Quintas**, que tomou posse e participou nos trabalhos da sessão. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal efetuou a seguinte comunicação: ----

“Caros pares e membros da Assembleia Municipal,-----

Dado que como resultado do desfecho da sessão de 26 de fevereiro de 2014, que teve lugar em S. Pedro de Castelões, no que tocava ao ponto um e dois da ordem de trabalhos, ou seja a aprovação das atas das sessões de 28 de junho de 2013 e 26 de julho de 2013, viu-se o Presidente da Assembleia, depois de pedir um parecer ao corpo jurídico da Associação Nacional de Municípios, na necessidade de convocar uma sessão extraordinária para o efeito de aprovação das referidas atas pelo seguintes motivos, que constam do referido parecer do qual se transcrevem alguns extratos: -----

1. “Uma ata só tem validade se for subscrita pelo funcionário competente, escrita em livro próprio, aprovada pela Assembleia e assinada pelo Presidente e por quem a lavrou” como consta no nº 1.2 do referido parecer;-----

2. “...desde que assim seja deliberado pela maioria dos membros presentes, a ata ou o texto da deliberação pode ser aprovado nessa reunião sob a forma de minuta, uma primeira redação da ata.” Ponto n.º 2.1;-----

3. *“Porém, a eficácia conferida pela minuta, em princípio, esgota-se na sessão ou reunião seguinte, na qual deve ser aprovada a própria ata, uma vez que a minuta é uma ata menos solene, ... podendo, assim, não conter a fundamentação da deliberação tomada, que passará a constar apenas da ata propriamente dita.”*

Ponto n.º 2.2; -----

4. *“Contudo, poderá acontecer que os novos membros da assembleia municipal considerem que não devem proceder à aprovação da ata de uma sessão em que não participaram, uma vez que não faziam parte do anterior elenco do órgão, implicando esta recusa a falta de um número suficiente de membros para compor um quórum de deliberação.”* Aqui há uma chamada para uma nota com o seguinte teor: *“Ressalve-se, no entanto, que os membros dos órgãos autárquicos podem exprimir o desejo de não querer pronunciar-se na solução dos assuntos/matérias/problemas postos dos órgãos através da “abstenção”...”-----*

Tendo em consideração o que atrás fica transcrito, é óbvio que as atas de junho e julho de 2013 que estavam por aprovar dão conta de uma falta de diligência pelo cumprimento dos imperativos legais, com que o Presidente não pode pactuar sob pena de se tornar responsável por atos que não resultaram da sua atuação mas que recebeu do mandato anterior e que pode qualificar como “herança mal resolvida”. -----

Resulta assim manifesto que o Presidente diligenciou pela resolução de um problema sério com consequências que poderiam ser gravosas, que foi recebido do mandato anterior e que poderia dar má imagem da Assembleia Municipal. -----

Pelo comportamento da bancada do PSD na dita sessão da Assembleia Municipal de S. Pedro de Castelões em que aquela bancada fez questão de enfatizar a colaboração com a Mesa, este comportamento levanta ao Presidente uma

preocupação, pois comparando o ruído desta sessão com o silêncio da seguinte leva a que só se consiga avaliar o comportamento adotado da seguinte forma:-----

1. Quem pretende ajudar está de boa fé, por isso não se vai duvidar da sua postura; -----

2. Os Valecambrenses merecem que os seus eleitos locais preparem convenientemente as reuniões/sessões; -----

3. Conhece pessoalmente os membros com formação jurídica, que estão na bancada do PSD e, a sua competência técnica para o tratamento desta questão. -

Assim sendo, só pode tirar como conclusão que se tratou de uma distração. -----

Mas, esta distração teve em si custos, que saem dos bolsos dos contribuintes.

Pelo que só quer dizer às pessoas que o elegeram que teve em conta esta despesa, mas não podia abdicar de tal tomada de decisão sob pena de manter o laxismo, em detrimento do rigor e da defesa da legalidade constante do seu compromisso eleitoral". -----

Esta é a sua posição e tinha que a apresentar aqui e a todos, antes de tomar a decisão de a publicar. Para a página da Assembleia Municipal ela irá, para os órgãos de comunicação social, ainda vai decidir se o fará ou não. -----

Perguntou se algum membro pretendia usar da palavra. -----

Relativamente ao mesmo ponto e pela dignidade que entende ter para com esta Assembleia, refere um assunto que foi proferido numa reunião da Câmara Municipal. -----

A Sra. Vereadora Dra. Adriana da Silva Rodrigues, proferiu a seguinte intervenção em nome dos Vereadores do PSD: “No passado dia vinte e quatro de março de dois mil e catorze, pelas dezanove horas, reuniu a Assembleia Municipal para uma sessão extraordinária. O período da ordem do dia era composto por três pontos, sendo dois deles para aprovação de atas de anteriores sessões da

2014.04.28

assembleia municipal (de vinte e oito de Junho de dois mil e treze e de vinte e seis de julho de dois mil e treze).-----

Os vereadores do PSD relembram que cada sessão da assembleia municipal tem um custo elevado e que, por muito menos, foram anteriormente criticados pela realização de assembleias municipais extraordinárias.-----

Ficam, no entanto, satisfeitos pelo facto de afinal a situação financeira da Câmara Municipal não estar tão difícil como apregoa o atual executivo, dado que se assim fosse, a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, com este único propósito, seria evitado.”-----

Trata-se única e simplesmente de uma interpretação pessoal, porque entende que esta posição enferma de dois ou três problemas: -----

1.º Sendo o assunto da Assembleia Municipal, antes de ser levado a uma reunião de Câmara, onde tem legitimidade total política de levar o assunto sob o ponto de vista político, entende que este assunto devia ser discutido e analisado dentro da Assembleia. Isto não respeita a separação de poderes. -----

2.º Pode ainda ter outra interpretação: Que a Câmara Municipal é que regula a Assembleia e não é assim. A Câmara Municipal é fiscalizada pela Assembleia Municipal. -----

Para dignificar o órgão em seu entender e respeitando todas as outras opiniões que possam ser manifestas dentro desta Assembleia, gostaria de clarificar os aspetos que julga importantes para o funcionamento dos Órgãos. A própria Assembleia tem um orçamento completamente diferente do orçamento da Câmara. Isto é importante pois é uma forma de dignificar o lugar que é ocupado pelos membros da Assembleia Municipal e a sua responsabilidade para com os cidadãos que os elegeram. Não pode haver confusões relativamente aos órgãos,

2014.04.28

nem pode passar a ideia de que é a Câmara que controla a Assembleia. Quem controla a Câmara é a Assembleia e não o contrário. -----

Quer manifestar de uma forma veemente, para começarem e trabalharem bem esta situação, por isso trouxe-a a esta sessão para a explicar. -----

Se alguém tiver alguma coisa a dizer pretende dar conta desta situação. Compreende perfeitamente o debate político, que as coisas podem ser tratadas a nível político, agora aquilo que está transcrito na ata da reunião da Câmara Municipal pode referir-se a uma situação de confusão relativamente aos órgãos. --

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho**, que no uso da mesma, disse que concorda inteiramente com a separação de poderes entre a Câmara e a Assembleia Municipal. Está completamente de acordo de que uma coisa é a Assembleia e outra coisa é a Câmara Municipal. A bancada do PSD não se responsabiliza por aquilo que se faz na Câmara Municipal, pois é um órgão com estatuto próprio, com Regimento próprio e é lá que posição e oposição têm de resolver os seus assuntos, sem que tenha que estar aqui a dar a mão seja a quem for. Concorda em absoluto. -----

De qualquer forma, há aqui uma achega que quer fazer uma vez que, na ata anterior a Dra. Elisabete que faz parte da Câmara Municipal, está mencionada na ata da Assembleia e a esse respeito entende que há aqui uma mistura, pois a Dra. Elisabete que estava na mesa da Câmara Municipal, está na ata da Assembleia que foi aprovada, não deve estar, porque é aqui que se aprovam as atas. A Dra. Elisabete não tinha que ter opinião, nem a formulou à Assembleia, até porque aqui todas as bancadas, desde o Partido Socialista à bancada do PSD, fizeram reparos relativamente à forma de aprovação. -----

2014.04.28

Os membros da Assembleia Municipal do PSD que transitaram não puseram qualquer problema na Assembleia Municipal, porque era e ainda hoje é verdade, que as pessoas que não estiveram presentes fazem quórum e votam. Isto era feito antes e era o que deveria ter sido feito, em sua opinião, relativamente às atas que transitaram, pois sabia que elas iam ser aprovadas conforme o foram. E por isso, aquilo que está a dizer, é apenas para reafirmar o que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse acerca da absoluta separação de poderes entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, coisa que o Sr. Presidente não está a fazer.-----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para esclarecer que o nome da Dra. Elisabete só vem mencionado, não porque ela faz parte da Câmara Municipal, mas porque ela ocupou o lugar que lhe é destinado na própria Assembleia Municipal. Estava na mesa junto aos Vereadores e participou de pleno direito na Assembleia. Não foi buscar opiniões da Sra. Vereadora em reuniões de Câmara ou fora do contexto da Assembleia, ela participou, tomou assento no lugar que lhe é devido na própria Assembleia e foi nessa qualidade de Vereadora que estava presente na sessão, que foi mencionada. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, para clarificar que o que falou se referia à ata aprovada e a outra ata, em que houve objeções de todas as bancadas relativamente a esse ponto. De todas as bancadas CDS, PS e do PSD também, nomeadamente a Dra. Elisabete que faz parte da Câmara Municipal, e, que no fundo o que se lê na redação feita, só o PSD fez objeção. Volta a repetir que, a opinião da Dra. Elisabete relativamente à bancada do PSD, não tem nada a ver com a decisão da Assembleia Municipal, isto para haver separação de poderes.-----

2014.04.28

Usou da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, para colocar a seguinte questão: -----

Relativamente ao Parque de Estacionamento que foi decidido adquirir em sessão de Assembleia Municipal, há precisamente 9 meses e 2 dias, presume que tempo suficiente para ultrapassar os requisitos e os problemas que podem surgir no decorrer do tempo. Pretende então saber, aliás acha que todos os valecambrenses têm o direito de ser informados, se a exploração do Parque Subterrâneo de Estacionamento já é propriedade da Câmara Municipal, ainda é da VCP ou está em “stand by”? -----

Por outro lado, se já é do Município e se já há números concretos, quanto é que esta obra custou à Câmara Municipal de Vale de Cambra? porque aquilo que constata é que sempre que são conhecidos novos elementos, os números não correspondem. Na sessão da Assembleia Municipal, realizada há 9 meses e 2 dias, foi apresentada uma despesa, pela bancada da oposição na altura e os números que foram apresentados não correspondiam, posteriormente já viu relatórios com números ligeiramente diferentes.-----

Será possível saber se a exploração da VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra já pertence ao Município de Vale de Cambra e se assim é quanto é que custou aos valecambrenses a sua aquisição? -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que antes de responder à questão que foi levantada, em seu nome e da Câmara Municipal, felicita o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho por esta singela homenagem e desejar-lhe naturalmente muitas felicidades. É com agrado que após uma série de anos dedicados à vida pública vê a sua fotografia como Presidente da

2014.04.28

Assembleia Municipal, fixada na galeria de Presidentes. Agradeceu pelo contributo dado e por tudo o que fez pelo concelho.-----

Respondendo à questão levantada pelo Sr. Eng.º Afonso, disse que o Parque de Estacionamento está rigorosamente como estava até aqui. Foi aprovada a sua aquisição no mandato anterior, tendo sido enviada a proposta de aquisição para o Tribunal de Contas. Entretanto, o Tribunal de Contas levantou uma série de questões que estão a ser respondidas pelo gabinete jurídico da Câmara Municipal e que para além de serem muitas, exigem repostas complexas. -----

Atendendo à complexidade das questões, foi solicitada ao Tribunal de Contas uma prorrogação do prazo, para que as respostas sejam dadas com alguma segurança, atendendo à sensibilidade da situação. Esta é uma questão muito séria que o Município tem entre mãos, pois está a falar-se de uma verba bastante significativa. -----

Não pode precisar objetivamente neste preciso momento, qual o valor da dívida à VCP, sabe que neste momento a situação está exatamente conforme estava, tirando o envio de documentação para o Tribunal de Contas e o pedido de esclarecimentos que o Tribunal de contas solicitou à Câmara Municipal. -----

De momento não pode acrescentar nem adiantar mais nada.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Eng.º João Lameiras: -----

No uso da palavra o Sr. Eng.º João Lameiras, começou por colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara relativamente ao funcionamento à data de hoje, da situação da Unidade de Saúde de Arões e Junqueira, tendo em conta que é um assunto que já foi discutido numa sessão da Assembleia Municipal e com o qual está bastante preocupado. -----

Qual é o ponto de situação relativamente ao seu funcionamento? -----

2014.04.28

Gostava ainda de colocar outra questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que está relacionada com uma proposta de Moção do Partido Socialista. -----

Pretende saber o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem a dizer sobre uma questão que já se prolonga há algum tempo, a eletrificação e a falta de potência elétrica na freguesia de Cepelos, mais concretamente no lugar da Póvoa dos Chões. É um problema que se arrasta há muito tempo, há alguns anos até, e que está dependente de um poste. A própria EDP não arranja solução para isso.- - Vai apresentar um documento à Mesa com uma Moção do Partido Socialista, para que o Sr. Presidente da Câmara interceda junto da EDP para a resolução do problema. -----

Um outro ponto tem a ver com os habitantes de Vila Cova de Perrinho, que estão a ter alguns problemas com o pagamento do IMI. Com a criação da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila cova de Perrinho, a Repartição de Finanças procedeu à mudança do número de alguns artigos, pondo em causa algumas escrituras públicas e as escrituras dos proprietários dos prédios urbanos e rústicos. Tem em seu poder documentos que provam aquilo que está a dizer. -----

No ano de 2013, os terrenos de um determinado habitante, tinham um número de artigo e, neste momento têm outro. Isto preocupa as pessoas não só por terem perdido a sua freguesia, mas também porque vêm os artigos dos seus prédios serem alterados. Entende que deve haver uma palavra a dizer sobre isso.-----

Deixou estes assuntos à consideração, solicitando uma resposta do Sr. Presidente da Câmara acerca do que acabou de expor.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para agradecer as questões colocadas pelo Sr. Eng.º João Lameiras. -----

Relativamente à primeira questão relacionada com a Unidade de Saúde de Arões/Junqueira, referiu que este assunto de há uns meses a esta parte tem

2014.04.28

vindo a ser acompanhado quase diariamente pela Câmara Municipal, porque como todos sabem, o médico que assegurava o apoio às freguesias de Arões e Junqueira reformou-se, criando assim um vazio no interior do concelho, mais precisamente nas referidas freguesias.-----

De imediato, entrou em contacto com a ACES, teve reuniões com o Presidente da ARS, Dr. Castanheira Nunes, onde manifestou essa preocupação e o facto de não aceitar pura e simplesmente a não existência de um médico no interior do concelho. -----

Foi necessário encetar grande pressão, no sentido de conseguir numa fase transitória, assegurar o funcionamento da Unidade de Saúde de Arões e Junqueira. -----

Foi de facto essa a principal preocupação, e aqui também houve a colaboração do Centro de Saúde e dos médicos que neste momento lá estão a desempenhar funções. -----

Naturalmente que, com o vazio de um posto de trabalho pela falta de um médico no interior do concelho, criaram-se também alguns desequilíbrios no funcionamento do próprio Centro de Saúde. Por um lado implicava levar um médico ao local, por outro lado, assegurar o transporte a esse médico, porque não era o local de trabalho que estava previamente previsto na parte funcional do Centro de Saúde. Foi feito um acordo com o Centro de Saúde no sentido de assegurar o apoio de médico no interior do concelho, tendo surgido aqui um problema que neste momento está a tentar resolver-se. -----

Os médicos só se disponibilizaram para se deslocar à freguesia de Arões sendo que neste momento a freguesia de Junqueira não tem apoio de um médico de família.-----

2014.04.28

Naturalmente está a trabalhar para resolver esta questão. Foi aberto um concurso através do ACES, para que se retirasse um médico a um outro concelho e passasse assim a dar apoio às freguesias de Arões e Junqueira. Quando o médico soube a localização das freguesias, pediu imediatamente a rescisão da função pública, ou seja o médico que se tinha conseguido para dar cobertura às duas freguesias do interior e que tinha sido lá colocado através de um concurso e também por muito boa vontade do ACES e da própria ARS, pediu a rescisão da função pública, isto é voltou-se à estaca zero. Neste momento, continua-se numa situação transitória difícil e que não satisfaz os desejos das duas freguesias e muito menos da freguesia de Junqueira que neste momento se encontra claramente penalizada, comparativamente com a freguesia de Arões, mas de facto, até ao momento foi a única solução possível.-----

Tem continuado a pressionar ativamente os serviços de saúde, (o ACES e a própria ARS), no sentido de se encontrar uma solução que seja definitiva. Existe uma promessa formal de abertura de um procedimento concursal para preenchimento dessa vaga. Naturalmente que este tipo de procedimento demora algum tempo mas quer acreditar que a solução que se encontrar através desse concurso, não vai ter o mesmo desfecho que o concurso anterior, acredita que não e que vai convencer o médico a ficar.-----

É do conhecimento público que neste momento a Câmara Municipal está em articulação com a ACES, no sentido de levar um médico às freguesias de Arões/Junqueira, que resolva de uma vez por todas o problema criado com a reforma do Dr. Jorge.-----

Quanto ao segundo ponto, em termos da eletrificação e que tem a ver com a falta de potência elétrica na Póvoa dos Chões, este assunto está mais que inventariado. -----

2014.04.28

Ainda há bem pouco tempo, estive na Póvoa dos Chões a conversar com algumas pessoas do lugar, que lhe reportaram essa falha, porque está a falar-se de uma zona que é rigorosamente fim de linha. -----

Havia um compromisso para instalação de um PT (Posto de Transformação), que até ao momento não foi feita. Recentemente recebeu por parte da EDP um pedido de propostas de intervenção nas linhas elétricas em Vale de Cambra tendo sido reportado à EDP as necessidades que o concelho tem nessa área e naturalmente que o lugar de Póvoa dos Chões está contemplado nesse pedido. -----

Em relação a Vila Cova de Perrinho, nomeadamente no que diz respeito à alteração dos artigos matriciais, reencaminhou para o Sr. Vereador Dr. António Alberto. -----

No uso da palavra o Sr. Vereador Dr. António Alberto, esclareceu que relativamente aos artigos matriciais de Vila Cova de Perrinho, e no que compete à Câmara Municipal, apenas se pode comunicar às Finanças a preocupação das pessoas, mas é um procedimento técnico do próprio Ministério e há uma correlação direta entre um artigo que tinha um determinado número de matriz na freguesia de Vila Chã, Codal ou Vila Cova de Perrinho e foi indexado a um novo artigo na União de Freguesias, sendo feito de forma automática. -----

As pessoas têm acesso à caderneta predial, que pode ser impressa via net ou através da Repartição de Finanças, onde menciona a correlação direta do artigo existente e aquele a que deu origem. No documento recebido pelos contribuintes para pagamento do IMI, já vem mencionado o novo artigo, porém o facto da atribuição de um novo artigo, não põe em causa as escrituras que já foram realizadas, uma vez que o documento comprovativo do registo do prédio na Conservatória do Registo Predial é que dá a titularidade e a posse dos bens, não

2014.04.28

é o pagamento do IMI sobre um imóvel que dá o título da propriedade a uma determinada pessoa.-----

Qualquer pessoa pode solicitar na Repartição de Finanças a correspondência do artigo anterior com o atual.-----

Usou da palavra o Sr. Eng.º João Lameiras, para lembrar que relativamente à Unidade de Saúde de Arões e Junqueira, ou o Sr. Presidente da Câmara Municipal está mal informado ou então o Governo do qual o seu partido faz parte, deu-lhe informações erradas. -----

Todos sabem que o deputado do Partido Socialista, Filipe Neto Brandão, colocou ao Sr. Ministro da Saúde ainda no final do ano passado, a questão sobre os problemas na referida Unidade de Saúde e o que pretendia fazer o Governo? -----

Entregou à Mesa uma carta datada de 13 de março de 2013, emitida pelo Gabinete do Sr. Ministro da Saúde, assinada pelo Chefe de Gabinete Luís Vitorio e que a seguir se transcreve: -----

“Na sequência da pergunta do Senhor Deputado do Grupo Parlamentar do PS, Filipe Neto Brandão – Unidades de Saúde de Arões e Junqueira, encarrega-me S.E. o Ministro da Saúde, de informar que a USF Calâmbrega é a única USF do concelho de Vale de Cambra. Tem 10.871 utentes inscritos. Esta USF tem 3 polos:-----

** Na sede do Centro de Saúde de Vale de Cambra, estão cinco médicos, cinco enfermeiras e três administrativas (uma delas doente e em constante baixa médica).-----*

** Polo de Arões com um médico, uma enfermeira, uma administrativa e uma assistente operacional.-----*

** Polo de Junqueira, onde é assegurada consulta médica durante oito horas/semana. -----*

2014.04.28

Em baixo está discriminado o horário atual dos polos da USF Calâmbrega de Arões e Junqueira:-----

Polo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Arões	09 às 13 14 às 19	08 às 13	15 às 20	09 às 13	09 às 14
Junqueira	Encerrado	14 às 18	Encerrado	14 às 18	Encerrado

N.º de utentes inscritos residentes por freguesias:-----

Polo	N.º Utentes
Arões	1280
Junqueira	611

Em baixo está discriminada a distância destes dois polos em relação à Sede da USF e à outra Unidade Funcional do Centro de Saúde.-----

Arões	Sede da USF – Centro de Saúde	21 Km
Arões	Unidade de Saúde de Macieira de Cambra	22 Km
Junqueira	Sede da USF – Centro de Saúde	18 Km
Junqueira	Unidade de Saúde de Macieira de Cambra	21 Km

Existe rede de transportes para Vale de Cambra e para Arões a funcionar diariamente e em vários períodos do dia.-----

O trabalho em USF é regido por enquadramento legal próprio e a sua organização, nomeadamente em polos, depende exclusivamente da decisão das equipas.”-----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para perguntar o Sr. Eng.º João Lameiras, o que pretendia concretamente? -----

Usou da palavra o Sr. Eng.º João Lameiras, para dizer que há informações divergentes, pois de acordo com o documento que acabou de ler, as coisas estão a funcionar bem, não há problema absolutamente nenhum, inclusivamente há

2014.04.28

uma boa rede de transportes entre Vale de Cambra/Junqueira e Vale de Cambra/Arões. -----

O Sr. Presidente da Câmara acabou de referir que tem informações que este assunto estava a ser resolvido, que está na fase de contratação de médicos, etc., da parte do Governo vem uma informação de que está tudo normal. Alguém anda a ser enganado, ou é o Sr. Presidente da Câmara ou então o Governo está a ser mal informado. -----

Gostava de obter uma informação concreta, relativamente a este assunto.-----

Em resposta ao Sr. Vereador Dr. António Alberto, quanto aos artigos matriciais de Vila Cova de Perrinho, referiu que as pessoas estão preocupadas, cabendo aos políticos por elas eleitos, transmitir-lhes alguma confiança. De um momento para o outro viram-se privadas da sua Junta de Freguesia, estão mais distantes da sede da atual Junta, e estas situações causam-lhes grande preocupação. Independentemente de ser um assunto que também é do foro da Repartição de Finanças, cabe aos políticos eleitos acompanhar estes casos e, ao contrário daquilo que o Sr. Vereador disse sobre o processo ser automático, não é essa a informação que tem, pois quando algumas pessoas se dirigiram à Repartição de Finanças, foi-lhes dito que o programa de computador (software), não tinha capacidade para registar todos os elementos relativos ao nome da atual Freguesia. -----

Aos contribuintes que se dirigiram à Repartição de Finanças, foi-lhes dado um papel com a indicação do artigo anterior e a atual correspondência. -----

Para pessoas com 60 e 70 anos, estas mudanças são difíceis de compreender e aceitar, e cabe aos eleitos locais, transmitir-lhes alguma tranquilidade e confiança, porque a informática infelizmente ainda não é para todos.-----

2014.04.28

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para chamar a atenção do executivo no que toca ao segundo ponto. É seu entendimento, que o assunto relativo à Unidade de Saúde em Arões e Junqueira é importante.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, referiu que em relação ao que acabou de ouvir, o que disse foi que tinha conhecimento da situação, que de facto as coisas não estão bem e não estão, que está preocupado com a situação, tem estado a fazer tudo o que está ao seu alcance, para encontrar uma solução que resolva o problema de saúde ou minimize os problemas na área da saúde nas freguesias de Arões e Junqueira.-----

Pede que não o coloquem na posição de ter que defender o Governo, independentemente do Governo que for. Quando o Governo está bem, naturalmente tem de haver solidariedade e dizer que o Governo está a fazer um bom trabalho e naturalmente quando as coisas não estão a correr bem também há que ser frontal e dizer que as coisas não estão a ser bem conduzidas e bem acompanhadas. -----

Naturalmente que o Partido Socialista gosta muito de ouvir este tipo de coisas, e é legítimo que assim seja, mas não tenham dúvidas nenhuma e dirigiu-se à bancada do Partido Socialista, não tenham quaisquer problemas em atacar o PSD ou o CDS quando de facto todos em conjunto tiverem que o fazer.-----

Entretanto e partindo do princípio que há alternância democrática e que as coisas possam eventualmente fluir de outra forma, um dia também verá que esse mar de rosas que pensa que está concentrado no PS, não é nem será assim.-----

Ainda há bem pouco tempo, fez aqui alusão a uma obra que foi lançada pelo Governo do Partido Socialista que ainda hoje não está concluída. -----

Para terminar este assunto, ninguém deve fazer política com as questões da saúde, devem estar preocupados sim, e em conjunto encontrar as melhores

2014.04.28

respostas para os problemas na área da saúde no concelho. Não é com esta forma de estar e com divergências destas, que se encontram essas soluções. -----
Está empenhado em resolver o problema e não o preocupa rigorosamente nada a sua posição, ou aquela que eventualmente possa ter, preocupa-o sim a falta de apoio médico no interior do concelho e vai lutar para o conseguir e encontrar uma resposta adequada para o sistema de saúde em Arões e Junqueira. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que gostava que a sessão se centrasse naquilo que é de facto importante para o povo valecambrense. -----

O Sr. Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. Dr. Pina Marques. -----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, disse que tinha para apresentar dois votos de pesar, um dos quais já foi mencionado pelo Sr. Presidente da Assembleia ao qual a bancada do PSD se associou. Apresenta agora em nome da bancada do PSD um voto de pesar pelo falecimento de Vasco Graça Moura, poeta, ensaísta, romancista, cronista tradutor de clássicos, a quem foram atribuídos vários prémios nacionais e internacionais, na sua vasta obra no campo da cultura. Presidiu a várias Comissões de Promoção de Eventos Nacionais e a várias Instituições Nacionais dedicadas à cultura, tendo tido também uma relevante atividade política. À sua família e à Fundação do Centro Cultural de Belém endereça este voto de pesar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia Municipal o voto de pesar sugerido pela bancada do PSD pelo falecimento de Vasco Graça Moura, que foi aprovado por unanimidade dos vinte e oito membros presentes.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da moção apresentada por escrito à Mesa, pela bancada do PS, que se transcreve: -----

2014.04.28

“O Partido Socialista é o maior partido português, cuja história constrói-se, já desde o período do antes 25 de Abril. Podemos dizer com certeza que é o único partido que representa a esquerda democrática em Portugal.-----

Ao longo de todo este percurso, na luta pela democracia em Portugal e posteriormente na sua construção e consolidação, conseguiu, unido por causas, seguir sempre o caminho que entendeu ser o do progresso para o País.-----

Em Vale de Cambra pretende ser um partido que contribua para o desenvolvimento do concelho para que os Cambrenses tenham melhor qualidade de vida.-----

Com este propósito pretende aproximar-se dos cidadãos e promover junto das entidades locais e governamentais medidas que possam alcançar este objetivo.---

Ainda existem no nosso concelho necessidades básicas por satisfazer tais como a melhoria da eletrificação nalgumas freguesias, o saneamento e o abastecimento de água, a limpeza dos caminhos agrícolas e a melhoria da prestação dos cuidados médicos e sociais.-----

Proposta: -----

“Pretendemos hoje trazer a esta assembleia uma proposta que se prende com o reforço da potência da energia elétrica no lugar da Póvoa do Chões, freguesia de Cepelos há muito reclamada pela sua população.-----

Não tem custos para o Município pois é um trabalho que deve ser executado pela EDP.-----

Parte da rede já está feita faltando neste momento fazer a ligação final, ligação esta que está pendente de execução praticamente há 9 meses.-----

Não é fácil para os seus habitantes verem constantemente a luz desligar-se, as arcas frigoríficas descongelarem e com isto perderem os seus bens e não terem qualidade de vida.-----

2014.04.28

Tudo devemos fazer para que este reforço da potência da energia na Póvoa dos Chões seja executado o mais rapidamente possível.-----

Sr. Presidente da Câmara tudo faça para resolver este assunto junto da EDP.-----

O grupo parlamentar do Partido Socialista".-----

Interveio o Sr. Dr. José Soares, para dizer que o CDS/PP concorda perfeitamente com aquilo que é solicitado e com a pressão que deve ser feita a favor das pessoas da Póvoa dos Chões. Não considera construtivo o conjunto de considerandos que são apresentados.-----

Admitia que se fosse uma proposta apresentada pelo Partido Socialista que não fosse submetida a votação até poderia ser tida em conta, agora em termos de Moção, discorda da primeira parte relativamente aos considerandos. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, para dizer que concorda com o Sr. Dr. José Soares, a respeito da proposta relativa ao lugar de Póvoa dos Chões, assim como a bancada do PSD, agora "A Proposta" na sua totalidade, não. -----

Cada partido é o maior do mundo (os três aqui representados). -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Sr. Eng.º João Lameiras se pretendia reformular a proposta, mas como este quis manter a moção no seu todo, inclusive os considerandos, foi então colocada a votação na sua totalidade.-----

A Assembleia Municipal deliberou por vinte e três votos contra das bancadas do CDS/PP e do PPD/PSD e quatro votos a favor da bancada do PS, tendo-se absterido da votação o Sr. Albano de Oliveira Braga da bancada do CDS/PP, não aprovar a Moção apresentada pela bancada do Partido Socialista.-----

A presente Moção fica apensa à ata da sessão. -----

2014.04.28

Declaração de voto do Sr. Dr. José Soares: Votou contra, não por considerar que na parte que é substancial em que é requerida a melhoria da eletrificação para o lugar de Póvoa dos Chões e que está completamente de acordo, mas discorda plenamente dos considerandos que são apresentados. -----

Declaração de voto do Sr. Albano Braga: A sua abstenção deve-se aos considerandos feitos na Moção. -----

Declaração de voto do Sr. Dr. Pina Marques: Da mesma forma, também a bancada do PSD está de acordo com a necessidade de resolver a situação da população da Póvoa dos Chões e por isso exorta e solicita à Câmara o maior empenhamento na resolução desse problema. A bancada do PSD não se identifica com o cariz político/partidário que foi manifesto nos primeiros considerandos.-----

Declaração de voto do Sr. Presidente da Mesa: Pelos motivos atrás expostos, tudo o que diz respeito aos cidadãos de Vale de Cambra, sim, agora o menos possível de política nacional debatida na Assembleia Municipal, por esses motivos votou contra a proposta apresentada. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro para dizer que era suposto estar aqui e agora, a colocar questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade do executivo. -----

Fá-lo-à, porém, noutras oportunidades, sendo certo que hoje mesmo outros elementos da sua bancada o farão, relativamente a temas da maior importância para o concelho, pelo que, a esse propósito está perfeitamente tranquilo.-----

Posto isto, dirigiu-se diretamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, confessando ter alguma dificuldade em qualificar este tipo de intervenção: interpelação à Mesa? Defesa da honra e dignidade da bancada do PSD? Ou simples contributo para a necessária clarificação de condutas?-----

2014.04.28

Convenha-se que a forma é menos importante do que a substância.-----

Permitam-lhe abrir um pequeno parêntesis para deixar bem claro que nada o move contra a pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Muito pelo contrário, nutre por ele grande consideração, reconhecendo o seu esforço e dinamismo na condução dos trabalhos.-----

Não poderia, porém, deixar passar mais tempo sem fazer referência ao lamentável incidente ocorrido na última sessão ordinária, a propósito da aprovação do novo Regimento da Assembleia Municipal. -----

O momento é adequado e oportuno, e seria perder uma oportunidade de ouro para, definitivamente saberem porque aqui estão, para o que aqui estão, e como se devem todos comportar. -----

Estão aqui, porque para isso, foram mandatados pelos eleitores.-----

Estão aqui para defender os legítimos interesses desses mesmos eleitores e, por inerência, da comunidade de que fazem parte.-----

Devem seguir uma conduta de respeito mútuo, sem deixarem de ser intransigentes no que respeita aos seus pontos de vista e aos princípios que os norteiam, mesmo que eles colidam com as posições, igualmente legítimas, dos outros.-----

Ao iniciar esta sua intervenção, admitiu que a mesma poderia ter como escopo a defesa da honra e dignidade da bancada do PSD. -----

Com efeito, o incidente processual, que não substantivo, gerado pelo projeto do Regimento da Assembleia Municipal, não passaria disso mesmo - pontos de vista diferentes - se não tivesse havido alusões a eventuais e hipotéticas manobras da parte do PSD, sabe-se lá com que objetivos inconfessáveis... -----

2014.04.28

É tempo de assumirem, por inteiro, as suas responsabilidades, nada sendo mais prejudicial à prossecução dos seus trabalhos numa perspetiva democrática, do que a tentativa da passagem de mensagens subliminares. -----

Se alguém nesta casa detetar, em qualquer ato ou omissão, objetivos espúrios e inconfessados por parte do PSD, que não se esconda na simples presunção, mas que o diga, clara e abertamente. -----

Com isso, permitirá o exercício do contraditório e impedirá o injusto medrar de preconceitos.-----

Não estão, pela sua parte, livres do erro, por ação ou omissão mas julgam ter direito a que não rotulem as suas atitudes como produto de reservas mentais. ----

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que este tem vindo a afirmar, em atos públicos, os altos valores da liberdade.-----

Assina sem tibiezas, essas afirmações, até porque, ao contrário do que se possa deduzir, o exercício da liberdade não nasceu agora.-----

Já era praticado nos anteriores mandatos.-----

Discutir e deliberar em sede própria os pontos agendados, constitui o mais elementar exercício do direito à liberdade. -----

Cercear, seja a que pretexto e forma for, esse direito é ferir de morte, a liberdade, que deve ser exercida, mais do que proclamada.-----

Pela sua parte e da bancada do PSD, dispensam qualquer tipo de liberdade que seja limitada por razões conjunturais, de oportunidade e racionamento de tempo. -

Nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 6.º do Regimento, compete à Mesa “elaborar o projeto de regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito”. -----

Se a mesa não usar essas prerrogativas, para não dizer cumprir essas obrigações, qualquer membro da Assembleia tem legitimidade para requerer a

2014.04.28

constituição desse grupo de trabalho, conclui.-----

Confundir esse “grupo de trabalho” com uma reunião de líderes é desvirtuar, grosseiramente, a letra e o espírito da lei. -----

Elaborar um projeto não é a mesma coisa que elaborar um Regimento. -----

O que pretendeu e que tanta celeuma levantou foi, apenas e só, a constituição de um grupo de trabalho destinado a estudar um projeto.-----

Já agora, permitam que denuncie a sua ignorância sobre o “*modus operandi*” desse grupo de trabalho. -----

Desconhecia, em absoluto, que os seus membros pudessem vir a ser remunerados. -----

Pela sua parte, e sem qualquer tipo de demagogia, desde já se predispõe a fazer parte de eventuais grupos de trabalho, renunciando a qualquer tipo de remuneração.-----

Finaliza, dizendo que o entendimento da sua bancada, entendimento esse que perfilha sem reservas, é o de que todas as orientações produzidas em sede de reuniões de líderes, nunca serão vinculativas, permanecendo a liberdade dos seus elementos. -----

Desiludam-se aqueles que, confundindo o desejo com a realidade, tentem vislumbrar uma hipotética falta de coesão na bancada do PSD. -----

Do que se trata é da adoção plena do princípio da liberdade, matriz que se confunde com a vida do próprio partido.-----

Esperem, da bancada do PSD, uma oposição firme, criteriosa objetiva e construtiva, em que o ataque pessoal, é afastado liminarmente ao contrário da infeliz prática que, em tempos muito recentes, vinha fazendo escola. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para referir que não ia voltar a repetir o que tinha dito na última sessão, julga que inclusivamente para

2014.04.28

um melhor esclarecimento aos membros da Assembleia e a respeito deste ponto talvez o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho pretenda dizer alguma coisa. Não vale a pena estar a chover no molhado. -----

Pela sua parte irá prosseguir dentro do Período de Antes da Ordem do Dia, que já vai longo, com cerca de duas horas, quando havia sido estipulado que teria uma hora, mas dado que houve aqui aspetos e fundamentalmente aspetos do comportamento relativamente à não clarificação dos órgãos, deu azo a que se prolongasse este debate. -----

Concedeu a palavra ao Sr. Rogério Brandão dos Santos.-----

Usou da palavra, o Sr. Rogério Brandão dos Santos para dizer que a situação da Póvoa dos Chões deveria passar primeiro pelo Presidente da Junta de Freguesia, antes de ser trazido à Assembleia Municipal. -----

A esse respeito disse ter novidades que se calhar ninguém soube dar. Informou que a linha de reforço à Póvoa dos Chões, já está resolvida há cerca de cinco meses garantidamente. Falta a parte burocrática junto da EDP, pois relativamente à má colocação do poste, a situação já foi resolvida, tendo-se decidido a sua colocação num outro local, uma vez que chegou a acordo com o proprietário do lado.-----

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para dentro do possível, acelerar o processo junto da EDP, pois embora já tenha tentado, não o conseguiu. -----

Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e uma vez que o Quartel dos Bombeiros já está quase concluído, quais vão ser as compensações que vão ter, principalmente as quatro freguesias, pois sempre discordou da construção do Quartel dos Bombeiros no local onde está a ser efetuado. Se calhar poder-se-ia ter feito uma junção ao de Oliveira de Azeméis, que os ganhos teriam sido

2014.04.28

maiores. Mas como a obra está a ser levada a cabo, já não há volta a dar, pretende saber quais as compensações para Arões, Junqueira, Cepelos e Rôge? Neste ponto, entende que os quatro Presidentes de Junta, deviam unir-se e trabalhar a esse respeito, porque não têm estradas de Lordelo à Serra, com capacidade para qualquer tipo de emergência. -----

Já sugeriu em tempos, que caso seja necessária a criação de um polo, oferece as instalações para um carro de apoio a incêndios e uma ambulância. -----

Pede ainda ao Sr. Presidente da Câmara, que olhe para um grave problema neste caso nas três freguesias, mas principalmente Arões e Cepelos, na reta da Batalha, a ponte onde ultimamente todas as semanas têm tido graves problemas. É uma ponte que facilmente pode ser alargada, e que se for uma obra bem estruturada não ficará assim tão dispendiosa, sendo uma obra de grande interesse para as três freguesias, principalmente Arõe e Cepelos, mas também para a Zona Industrial da Calvela, em Junqueira que também sairá bastante beneficiada.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que confessa nunca ter pensado na questão das compensações às quatro freguesias aqui referenciadas. Não percebeu objetivamente a que tipo de compensações se referia, se a compensações de operacionalidade, se em termos de compensações financeiras. Naturalmente acredita que esteja a falar da operacionalidade, mas como deve compreender os Bombeiros são uma entidade autónoma que têm o seu orçamento, os seus meios os seus homens e naturalmente competir-lhes-à a definição da melhor estratégia a considerar no que diz respeito à operacionalidade e à funcionalidade daquilo que será naturalmente o combate, neste caso aos fogos florestais ou o socorro numa situação de emergência médica. Naturalmente partilha um bocado aquilo que o Sr. Rogério referiu acerca

2014.04.28

da localização do quartel, mas neste momento não vale a pena falar sobre esse assunto porque objetivamente é um assunto encerrado e concordaria muito mais que essa localização fosse num local mais equidistante em relação aquilo que é a configuração geográfica do concelho. Este assunto poderá e deverá ser equacionado e ser levantado à própria corporação de Bombeiros. Poderá eventualmente e embora o Sr. Vereador não esteja nesta sessão na função de Diretor dos Bombeiros, mas também é uma das pessoas que está ligada ao corpo de Bombeiros e poderão eventualmente trocar algumas opiniões sobre essa matéria. Por isso não queria adiantar muito mais, porque neste momento não tem respostas para dar, nem possibilidade de ser mais objetivo em relação a esta matéria. -----

Quanto à questão da reta da Batalha ou do estrangulamento no final da referida reta, ainda há muito pouco tempo, estive numa reunião com Secretário de Estado, Dr. Sérgio Monteiro, na Área Metropolitana do Porto, ao qual levantou essa questão, mas não foi dada qualquer resposta objetiva, mas é um assunto que muito brevemente em nome da Câmara Municipal, irá levantar junto do Governo e também das Estradas de Portugal, no sentido de perceber quais são os meios e os mecanismos que estão neste momento à disposição, sendo certo que em termos de próximo Quadro Comunitário de Apoio, há enormes constrangimentos no que diz respeito a intervenções nas Vias Nacionais. Aqui, não configura um prolongamento de Via, porque esse está quase na totalidade vedado. -----

Há um braço de ferro que Portugal está a estabelecer com Bruxelas no que diz respeito à intervenção e ao prolongamento de algumas vias que eram efetivamente necessárias e aquilo a que vem sendo chamado “The last mile”, há um grande empenho do Governo no sentido de resolver essas pequenas

2014.04.28

questões nacionais, mas não há uma abertura por parte da União Europeia em relação aquilo que são intervenções e prolongamentos de via. -----

Naturalmente aqui está a falar-se de uma situação diferente, é uma correção daquilo que o Dr. Fonseca chamava de estrangulamento mitral de Cepelos, não se tendo esquecido dessa referência, dessa máxima porque de facto há ali um estrangulamento que importa corrigir e que têm de estar atentos a essa questão e ainda bem que o Sr. Rogério falou nisso, tanto mais que ainda há bem pouco tempo, uma empresa de transportes mencionou esse problema, pois foi carregar um reservatório a uma unidade industrial do interior do concelho e fizeram o percurso pela estrada nacional tendo tido sérios problemas na passagem da ponte. -----

Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Cepelos, pelo alerta que fez e referiu que quer da sua parte quer da parte do executivo estarão atentos e farão tudo o que estiver ao seu alcance para tentar encontrar uma solução para resolver o problema de acessibilidade ao interior do concelho. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. João Costa.

Usou da palavra o Sr. João Pedro Costa para referir que é na qualidade de Presidente de Junta e não na qualidade de membro da bancada do PS ou representante do poder central, que agradece à Câmara Municipal a colaboração que tem dado na resolução da iluminação no jardim de Macieira de Cambra.-----

Pretende saber da possibilidade da Câmara proceder à retificação das rampas de acesso na Avenida Miguel Bombarda, no sentido de suavizar a passagem das viaturas pelas mesmas. Agradece ainda a reparação dos buracos na estrada de Porto Novo, mas ao mesmo tempo relembra para a possibilidade de uma intervenção mais profunda, tendo já falado com o Sr. Presidente da Câmara

2014.04.28

acerca da sua disponibilidade para contactar todos os proprietários para que se proceda a um arranjo daquela via.-----

Uma vez que se está a pensar no Turismo na zona do Trebilhadouro e ao mesmo tempo terminar o trabalho iniciado em Dezembro junto do centro das aldeias em Porto Novo uma vez que ainda se encontram em falta os paralelos.-----

Pretende saber qual a situação do saneamento no lugar de Leira do Rio junto à Ponte Velha, pois está a chegar ao Rio Caima água com bastante sujidade. Gostaria de saber como está a funcionar o sistema de elevação da ETAR. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que em relação à iluminação do jardim no centro de Macieira de Cambra, fez-se uma primeira intervenção na parte pedonal, entretanto em data oportuna, tão breve quanto possível será feita a segunda intervenção para colocação de mais candeeiros no jardim. Esse assunto está a ser acompanhado e pensa que a resolução desse problema estará para breve.-----

Relativamente ao acesso a Porto Novo, é uma velha aspiração da freguesia de Macieira de Cambra e naturalmente dela partilha e se revê nessa mesma necessidade de intervenção. Foram reparados os buracos que ofereciam maior perigo, um pouco por todo o concelho, tendo sido feito um grande esforço no sentido de tentar resolver as várias situações existentes no concelho, situações essas que também foram agravadas pelo rigoroso inverno que danificou imenso os pavimentos. -----

Em relação à retificação do traçado para Porto Novo, pode confirmar que o Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, já se tinha disponibilizado para entrar em contacto com os proprietários. Naturalmente seria interessante pensar-se nessa retificação, embora não vá, nem possa assumir aqui para breve

2014.04.28

a sua execução, atendendo aos meios de que dispõe neste momento, mas aceita a disponibilidade de colaboração, como já a tinha manifestado pessoalmente.-----

Em relação ao saneamento na Leira do Rio, a emissão de efluentes para o rio deve-se aos problemas recorrentes que se têm verificado na Estação Elevatória existente. A situação já está referenciada pelos serviços da Câmara Municipal, que por diversas vezes se deslocaram ao local para tentar minorar o problema. À data de hoje não sabe objetivamente como está a situação, mas compromete-se a recolher informação junto dos serviços, na pessoa da Eng.^a Vera que juntamente com os funcionários se têm deslocado várias vezes à ETAR, no sentido de resolver este assunto. -----

Compromete-se com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, a dar-lhe informação mais pormenorizada sobre o ponto da situação, mas acredita que neste momento não estão a ser feitas descargas de efluentes para o rio. -----

Usou da palavra o Sr. João Pedro Costa, para dizer que a empresa que está a abrir as valas para a instalação das condutas de gás, não está a fazer a reposição do piso com a devida celeridade, causando bastante transtorno no que toca ao acesso dos proprietários às suas casas. -----

Pretende saber se é possível falar com os responsáveis da empresa, para que procedam à reposição do pavimento com mais celeridade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Pedro Magalhães. -----

Usou da palavra o Sr. Pedro Magalhães para saudar o papel que o Dr. Filipe Neto Brandão tem tido na defesa dos interesses do Distrito de Aveiro. Tem sido interventivo, tem feito perguntas relativamente a assuntos que preocupam as populações dos diferentes concelhos do Distrito de Aveiro. -----

2014.04.28

Na bancada do CDS, houve situações em relação à intervenção do Sr. Eng.º João Lameiras, que não compreenderam.-----

1.º Qual é a data da pergunta feita ao Governo? Não foi referida. -----

2.º Quais foram as questões colocadas? -----

3.º A data da resposta. -----

Coloca estas questões, porque lhe parece que a resposta dada pelo Governo foi na sequência de uma pergunta feita no mês de novembro e que nada tem a ver com a situação específica da falta de médico em Junqueira. Na altura foi levantada essa questão tendo em consideração a falta de administrativos em Junqueira. À posteriori, colocou-se a questão sobre a falta de médico e se assim não tivesse sido, não estava referido na resposta do Governo, o horário de funcionamento do posto médico de Junqueira, porque na realidade ele não está a funcionar, está encerrado. Essa resposta tem a ver com uma pergunta colocada ao Governo durante o mês de novembro e não à posteriori, sobre a reforma do Dr. Jorge. -----

Acha importante esclarecer esta situação, porque pode induzir em erro a resposta dada pelo Sr. Secretário de Estado com a tutela. -----

Ao mesmo tempo, e, a ser verdade e acredita que seja, pois foi aqui lido, relativamente à questão da informação sobre a rede viária em Vale de Cambra, o Sr. Secretário de Estado só pode estar desatento, até porque foi aqui aprovada por unanimidade uma moção também no mês de novembro, de um voto de protesto de preocupação, tendo em consideração o isolamento de essas mesmas freguesias e da falta de transportes públicos. Por isso mesmo só demonstra a desatenção, se porventura se confirma essa situação. -----

Quer-lhe parecer que, aquilo que pretendia ser transmitido era que abria como complemento aos postos médicos de Junqueira e Arões, a possibilidade das

2014.04.28

peessoas recorrerem à Unidade de Saúde de Vale de Cambra, através dos transportes públicos, que na realidade não são os suficientes para as necessidades da população. -----

Entende que a situação deve ficar esclarecida, pois se a pergunta foi feita no dia vinte e cinco de novembro, não tem nada a ver com a situação que atualmente se vive. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o debate sobre este ponto, dizendo que a Mesa entende que o assunto está perfeitamente esclarecido.-----

Usou da palavra o Sr. Dr. Carlos Matos para referir que é a primeira sessão ordinária que integra após a sua tomada de posse em S. Pedro de Castelões, e que começava por cumprimentar todos os eleitos que tomaram posse neste mandato, nomeadamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, os restantes membros da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, e estender estas felicitações a todos os que o fizeram nas Assembleias de Freguesia e fazer votos de um trabalho profícuo em prol do concelho de Vale de Cambra. -----

Fez ainda uma saudação às secretárias da sessão, pelo seu profissionalismo.-----

Espera que a Comunicação Social faça um trabalho que transmita a verdade e que sejam críticos, com a maior isenção possível e também a todos os valecambrenses presentes uma saudação amiga.-----

Após duas décadas de gestão autárquica do PSD, presta uma homenagem justa e sincera de profunda gratidão a todos aqueles que ao longo dos últimos vinte anos (nos quais insere também o seu pai), que de uma forma corajosa, valente, arrojada, determinada e desinteressada, se entregaram a um projeto por amor à terra, cujo único interesse foi o bem estar e a felicidade de cada um. -----

2014.04.28

É com esta motivação e determinação que vai continuar, agora na oposição, porque acha que quem não é bom na oposição não pode ser bom a governar. E tendo sempre em primeiro lugar o interesse e o bem estar de cada um, faz as seguintes propostas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal: -----

Tem-se verificado um enorme desgaste da sinalização horizontal, nas marcações das EM 555 e EM 550, entre Cavião – Junqueira e Casal de Cepelos- Fegueira. Propõe à Câmara Municipal a marcação das referidas vias o mais rapidamente possível, para garantir a segurança de todos, principalmente no Inverno. Já foi aqui referido, mas gostava que ficasse em ata, essa sua preocupação, pois também já a manifestou no mandato anterior.-----

Continuando na rede viária, refere-se agora à EN 227, estrutura importante do concelho. É urgente uma intervenção no troço já referido, que se situa no fim da reta da Batalha até Irijó. A via é bastante estreita, com curvas apertadas, havendo dificuldade quando veículos ligeiros e pesados se cruzam, tendo ocorrido já alguns acidentes. Os alunos que utilizam os autocarros escolares que passam naquela via, falam de sustos que já apanharam. Será necessário ocorrer uma tragédia para que se faça alguma coisa? Desafia o Sr. Presidente da Câmara a informar e sensibilizar os diversos elementos do Governo que frequentemente visitaram e continuam a visitar o concelho de Vale de Cambra, para o problema.---

Ainda a respeito da rede viária, vai falar da A 32, que como todos sabem é uma PPP, ou seja todos os prejuízos são pagos pelos contribuintes e não pelo privado. Ilustrou a ideia com o exemplo de um cinema, e explicou que se baixarem o preço da portagem da referida auto estrada, isso vai provocar um aumento do tráfego, e fazer com não seja o erário público a pagar, sendo arrecadados mais impostos por parte do Estado.-----

2014.04.28

Solicita ao Sr. Presidente da Câmara, que também é Presidente da Associação de Municípios de Entre Douro e Vouga, para dialogar com os seus parceiros das Câmaras por onde passa a referida via, com o Governo e concessionária, para renegociarem e baixarem os preços. -----

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que está a pensar fazer para resolver o problema de saneamento e água no concelho? Se há alguma gaveta no novo quadro comunitário que possa ajudar a resolver, nomeadamente na Felgueira de Arões, para quando a ligação do saneamento, visto que a partir de maio haverá mais clientes no restaurante existente.-----

Aproveita para felicitar o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, pelo esforço que tem feito, bem como a Câmara, relativamente à situação do posto médico de Arões-Junqueira. -----

Gostava de lançar um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, para que não fosse o seu mandato a ficar associado ao fecho daquela instituição de saúde.-----

A respeito do turismo, sabe que já foi retificado algum pavimento em Arões e Junqueira, mas principalmente a parte alta, no sentido da Serra da Freita, ainda existem muitos buracos e acha que não é uma dessa forma que se devem receber os turistas, por isso o processo de retificação das vias, devia ser acelerado.-----

Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o que é que a Proteção Civil ou a Câmara Municipal estão a fazer no sentido de prevenir os incêndios para a época de verão que se aproxima, uma vez que o concelho de Vale de Cambra é muito exposto aos incêndios, principalmente na parte alta?-----

Pretende fazer uma proposta, no sentido da criação de uma comissão na Proteção Civil que visite as terras que estão mais expostas aos incêndios e

2014.04.28

notifiquem as pessoas para procederem à limpeza dos terrenos. Caso estas estejam impossibilitadas de o fazer, deverá ser criada pela Câmara Municipal, uma equipa de limpeza para efetuar esse serviço, que será pago ao Município pelos proprietários dos terrenos. Não sabe se a lei prevê essa situação.-----

Em relação à localização do quartel dos Bombeiros em Lordelo, recorda que no Centro Cultural de Macieira de Cambra, o Sr. Presidente prometeu estacionar uma ambulância na parte alta do concelho, não sabe se o objetivo ainda se mantém. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, apelando ao seu poder de síntese. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que a intervenção do Dr. Carlos Matos, que agradecia, tinha quase um plano de atividades e um orçamento para um mandato, com o devido respeito e contenção.

Em relação à primeira questão, é importante que se faça um ponto de ordem. Naturalmente quando se está na oposição, e também já por lá passou, sabe exatamente aquilo que se pensa e aquilo que é a realidade da governação. Isto para dizer que neste momento, objetivamente não existem fundos disponíveis no Município. Existe uma lei dos compromissos, que limita a ação de qualquer Município no que diz respeito aquilo que é o assumir de responsabilidades financeiras.-----

Naturalmente que a questão do desgaste da pintura é de facto inquestionável, pois como atrás referiu, o inverno foi extremamente rigoroso e além dos pavimentos estarem degradados e das pinturas também estarem com muito desgaste, esse desgaste não foi atingido só nos últimos cinco, seis meses, já vinha de alguns anos a esta parte. É de facto imperioso, fazer uma intervenção em alguns pavimentos em locais que estão perfeitamente identificados e

2014.04.28

inventariados, que são as zonas onde o nevoeiro é mais denso e onde a dificuldade em circular à noite é maior. -----

Tem estado atento a isso, referenciando alguns pontos em que o Município terá de intervir, uma vez que são Estradas Municipais.-----

Relativamente à EN 227, como é sabido estas estradas, são áreas de intervenção da Estradas de Portugal a quem compete efetuar as competentes retificações e reposições de pavimento. -----

A respeito da A 32, também gostaria que a situação fosse diferente mas existem contratos que obrigam quer a concessionária quer o próprio Estado, e, por isso não acredita que seja muito fácil, convencê-los a praticar valores mais baixos nas portagens, o que iria implicar um aumento dos utentes.-----

Naturalmente que tentar não custa, podem ser enviados ofícios para as entidades competentes, mas acredita que o sucesso seja muito pouco ou nenhum. -----

Em relação ao saneamento e abastecimento de água, está a ser efetuado um levantamento que é do conhecimento geral. Há uma parte considerável do concelho de Vale de Cambra, que não está abrangida pelas redes de saneamento e de abastecimento de água. Admite que não vai ser fácil encontrar verbas que permitam resolver o problema. Aquilo que foi a abundância de dinheiro para a criação de infraestruturas, neste momento não existe. Muito brevemente será do conhecimento público, o que são os Programas Comunitários, o que vai ser a próxima linha de orientação do Portugal 20-20 e vai-se verificar que há um peso, por um lado crescente dos Municípios, mas decrescente no sentido do investimento em betão e do investimento em infraestruturas. -----

Não vai ser essa a aposta que o Estado Português e também Bruxelas definiram para o próximo Quadro Comunitário. Naturalmente que existirão algumas

2014.04.28

“gavetas” e poderá aqui ou ali ser possível encontrar dinheiro para tentar minorar as necessidades mais prementes. -----

Sempre disse e defendeu que o abastecimento de água e o saneamento eram fundamentais e vitais para o desenvolvimento de uma sociedade, nomeadamente de um concelho, mas é certo que, passados estes anos e apesar do muito que foi feito nesta área, não haverá nos próximos anos uma grande abertura e muito dinheiro para investir em água e saneamento. -----

Vai ver o que consegue, a situação está referenciada, há também as linhas por onde se poderá andar e as portas que se poderão abrir, acredita que se possa chegar a bom porto, e se consiga aumentar a cobertura da rede de saneamento e água no concelho. -----

Relativamente ao Turismo, esta é uma aposta clara e séria. Espera e acredita que essa aposta dê frutos.-----

Finalmente a questão da limpeza florestal e da Proteção Civil que são temas muito complexos. -----

Esteve numa conferência em Oliveira de Azeméis, em que foi abordada esta temática, que é sensível, que preocupa o País, onde são gastos muitos milhões de euros, onde são perdidas muitas vidas, onde se perde também muito do património florestal, onde se contribui e de que maneira para a emissão de CO2 na atmosfera, porque a poluição está a criar graves consequências com o agravamento das questões climáticas do meio ambiente e de todo o planeta. Seria bom ter uma solução milagrosa para isto, mas há que reconhecer que as propriedades, são na sua maioria privadas, não sendo fácil para o Município substituir os proprietários naquilo que lhes compete. -----

Existem regulamentos na própria lei que permitem intervenção, mas essa intervenção é regulada, morosa e não se pode fazer de qualquer maneira. Não se

2014.04.28

pode limpar o terreno da pessoa A ou da pessoa B, com a celeridade que gostaria. Por outro lado, tem custos enormes, porque são utilizados meios mecânicos, transportes, pessoas e isso também afeta alguns dos recursos do Município. Naturalmente que Vale de Cambra tem uma equipa de Sapadores Florestais com quem a Câmara celebrou um Protocolo, que custa uns milhares de euros ao erário público. Evidentemente que quatro ou cinco pessoas não podem fazer o trabalho de um batalhão de vinte, trinta, quarenta ou de cinquenta, fazendo simplesmente aquilo que é humanamente possível. -----

A Câmara Municipal como responsável pela Proteção Civil, articula com os Bombeiros e com os GIPS para em conjunto. acompanharem as situações que vão surgindo, procurando estar atentos no sentido de minimizar os riscos provocados pelos fogos florestais, que tanto preocupam a população. -----

Em relação à ambulância estacionada no interior do concelho, com certeza que gostaria que isso fosse uma realidade que encaixava perfeitamente na disponibilização do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, para a cedência de um espaço para o seu estacionamento. Infelizmente não depende da Câmara Municipal essa autorização, embora esta possa dar o seu contributo no sentido de sensibilizar os Bombeiros, sendo tudo uma questão de gestão de meios e custos associados, pois qualquer custo que se tenha é sempre menor comparativamente à perda de uma vida humana. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Dra. Maria Silvina Pissarra.-----

Usou da palavra a Sra. Dra. Maria Silvina Pissarra para agradecer a todos os membros o voto de pesar pelo falecimento de sua mãe, aprovado pela Assembleia Municipal.-----

2014.04.28

Foram interrompidos os trabalhos da sessão entre as vinte e uma horas e cinquenta minutos e as vinte e duas horas, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para este se reunir com os líderes de bancada. -----

Ausentou-se da sala, o Sr. Rogério Brandão dos Santos, por motivos de saúde.----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013: Presente a deliberação da Câmara Municipal de oito de abril de 2014, pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, cuja cópia fica apensa à ata da sessão. -----

Usou da palavra por indicação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador Dr. António Alberto de Matos Gomes, para referir que o Relatório de Gestão de 2013 reflete a execução de nove meses e meio do anterior executivo e dois meses e meio do atual executivo. -----

Salientou que o Relatório faz menção a uma Auditoria Financeira, que teve início no mês de fevereiro e que tem data de conclusão prevista para maio deste ano.---

Deste trabalho poderão resultar situações com impacto atual ou potencial, nas demonstrações financeiras ainda não quantificado no momento desta Prestação de Contas.-----

Chamou a atenção para o Relatório e para a Certificação Legal de Contas distribuído a todos os membros, que no relatório do parecer do Auditor Externo, do Revisor Oficial de Contas, este levanta algumas reservas e nomeadamente umas enfâses. Algumas dessas reservas, são relativas a exercícios anteriores e julga que terá de haver uma preocupação do Órgão de Gestão e da equipa de gestão da Câmara Municipal, relativamente à situação financeira e de proceder à sua correção no futuro. Poderão não ser todas corrigíveis no exercício, mas deve existir sempre essa preocupação. -----

2014.04.28

Sempre que existe uma reserva num Relatório destes ou uma ênfase, compete à administração e à gestão, tentar que essas reservas deixem de o ser no exercício seguinte ou então se resolva essa situação. Algumas das reservas levantam questões sobre aquilo que vinham alertando, que é a questão do passivo contingente ou seja as contas refletem a situação à data de 31 de dezembro de 2013, com os documentos existentes, que são do conhecimento da Divisão Financeira. -----

Faz um alerta para o Relatório de Auditoria Externa, que neste momento está a ser efetuado, a questão do passivo contingente, como é o caso de ações em tribunal, a aquisição de terrenos para o Parque da Cidade, a situação da VCP que não está refletida nas contas. Aqui existe um problema que é a opção tomada pela Câmara Municipal, relativa à aquisição do parque de estacionamento, mas para além disso, o valor que foi estipulado para a sua aquisição, a Câmara não tem capacidade de endividamento para fazer face a um investimento desses. Para além de que, se porventura essa situação ocorrer coloca-se a questão do reequilíbrio financeiro ou seja a Câmara e a Assembleia aprovaram um valor de reequilíbrio financeiro de um determinado período, só que a empresa continua a existir e por isso poderão vir a ser solicitados à Câmara novos pedidos de reequilíbrio financeiro, se a concretização do negócio não se efetuar, por qualquer motivo. -----

De momento e como já referiu, o problema são os processos relacionados com a VCP, os terrenos do Parque Urbano, a Escola do Búzio também não estava refletida nas contas na sua totalidade, uma vez que o valor ainda não tinha sido todo faturado, e só em 2014 é que foi apresentado não só por uma questão orçamental mas também de tesouraria da Câmara Municipal. -----
Irá tentar gerir essa situação durante o ano de 2014.-----

2014.04.28

Interveio o Sr. Dr. José Soares, para cumprimentar de uma forma especial o Sr. Dr. Manuel Augusto e felicitá-lo pela justíssima homenagem. Iniciaram a carreira de serviço público de vida autárquica juntos, há cerca de 32 ou 33 anos, pelo que 30 anos de serviço autárquico merece que a sua fotografia faça parte da galeria de Presidentes. -----

Foi lembrado também o Sr. Matos, que também os acompanhou durante muito tempo como Presidente da Junta de Arões. -----

Em relação à aprovação da Prestação de Contas, é um tema de bastante importância, para que sejam feitas algumas referências, ainda que de uma forma muito sucinta.-----

Em primeiro lugar, preocupou-se em analisar as contas e avaliar o grau de independência financeira da Câmara Municipal e até de fazer algum benchmarking com o que acontece a nível nacional. Pegando nas contas de 2013 e na execução orçamental, nomeadamente ao nível das receitas, pois são precisamente estas que geram autonomia económica e financeira municipal, concluiu que a Câmara Municipal de Vale de Cambra e no que toca ao ano 2013, apenas depende em 35% das receitas próprias, para o que contribuem essencialmente os impostos e as taxas. As vendas de bens e serviços, rendimentos de propriedade e outros com menos peso apenas representam 14,9% das receitas totais. -----

A nível nacional, para as Câmaras no geral, em 2012 estas receitas próprias representavam em média 50,2% das receitas totais.-----

Também relativamente a 2012, uma vez que não há dados agregados de 2013 ainda, se for tomado em consideração o grupo daquilo que são chamados os Municípios de média dimensão, que são aqueles onde se enquadra Vale de Cambra, conforme caracterizados no Anuário Financeiro dos Municípios do País,

2014.04.28

então nesse grupo, estas receitas próprias representam normalmente 44%. Isso significa que o desvio negativo em termos de independência financeira relativamente aquilo que é a média nacional e que é a média dos Municípios de dimensão aproximada de Vale de Cambra, é um desvio significativo. -----

A nível das transferências, somando quer as correntes, quer as transferências de capital, a Câmara de Vale de Cambra dependeu em 2013, em termos de receitas, em 53,1% dessas transferências públicas. Aí, o alinhamento está de acordo com a média dos Municípios de média dimensão, mas acima daquilo que é a média nacional que é de 46,6%, ou seja se a torneira fechar e as perspetivas não são muito famosas, de facto isso pode por em causa a estabilidade financeira. -----

Isto pode ter sido um facto anormal que aconteceu em 2013, mas para completar os 100% de receita total em 2013, foi usado, em 11,7% das receitas totais, o recurso a empréstimos, ou seja passivos financeiros, tendo-se ficado muito longe e muito acima do que foi a média nacional, que foi de 2,9%, e de 2%, que foi a média dos Municípios de média dimensão. Isto também significa que a situação de Vale de Cambra a este nível e em termos absolutos de valor, tem estado mais ou menos estabilizada desde 2011 até 2013, e significa que em qualquer um destes três anos as receitas próprias corresponderam a 6,4 milhões de euros.-----

Focou outro aspeto que também mereceu alguma preocupação e que tem a ver essencialmente com os juros dos encargos financeiros que têm sido pagos. De facto e analisando o Relatório de Gestão e também a Execução Orçamental, os juros que se pagaram relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo, foram de 125.000,00 €. Não é um valor muito substancial, tendo em conta o valor do endividamento da Câmara Municipal, só que se for analisado o Mapa dos Fluxos de Caixa, que é o demonstrativo daquilo que são os cash-flows, ou seja as saídas e entradas de caixa que o Município efetivamente paga e recebe num ano,

2014.04.28

os juros pagos foram de 665.000,00€ em 2013. E este valor que terá correspondência essencialmente com juros de mora em alguns dos pagamentos e outros encargos, é um valor substancial e preocupante.-----

Um outro aspeto tem a ver com os resultados. Segundo as contas, a Demonstração dos Resultados, mostra que a Câmara Municipal teve um lucro de um milhão e tal de euros e um crescimento significativo relativamente a 2012. Na sua opinião este aspeto não é fundamental porque a Câmara não é uma instituição com fins lucrativos. É saudável gerar um excedente, até para financiar a sua atividade, mas se aumentar os impostos e não aumentar as despesas imediatamente aumenta o resultado. Isto é um bocado ilusório se for feita a análise de evolução de 2012 para 2013, em que este aumento foi de mil e tal por cento, porque, se a análise for efetuada ao nível daquilo que são os valores mais recorrentes nomeadamente o resultado operacional o resultado financeiro ou resultado corrente, todos eles baixaram. O aumento do resultado liquido teve a ver com os resultados extraordinários que não têm propriamente a ver com aquilo que é a atividade corrente. -----

Salienta também um aspeto relacionado com a VCP, que apresentou em 2013 capitais próprios negativos de 685.000,00€ ou seja, ela foi constituída com um capital social de 250.000,00 €, não tem elementos que lhe permitam comprovar se depois disso foram feitos mais alguns reforços de capital próprio, nomeadamente prestações acessórias ou prestações suplementares de capital, mas mesmo que se tenha limitado a 250.000,00€, quer dizer que já foram destruídos na sociedade 935.000,00€, e isto reflete-se depois nas contas da Câmara, em primeiro lugar ao nível da conta de investimentos financeiros, porque atendendo à participação de 49% e à utilização do método contabilístico da equivalência patrimonial, o valor da participação já foi abatido, se repararem na

2014.04.28

estrutura do ativo ele já não aparece, e, para além disso foi constituída também pela Câmara Municipal uma provisão que neste momento é de 386.000,00 €, e que em 2013 foi reforçada em 255.000,00 €.-----

Refere-se finalmente ao valor da dívida da Câmara, que é como se sabe 12,2 milhões de euros diretos, julga que aqui deve ser consolidado com a dívida ou parte da dívida, pelos 49% da VCP, onde a Câmara tem uma participação. Esta dívida de 12,2 milhões de euros da Câmara, comparativamente com as receitas totais em 2013 e sobretudo excluindo das receitas, o que foi recurso a crédito financeiro, ou seja também a dívida, 17,2 milhões de euros, isso significa que a dívida da Câmara corresponde a 71% daquilo que são as receitas próprias e também resultantes das transferências correntes, valor com algum significado.-----

Finalmente, referiu a credibilidade que as contas têm, que alguma dúvida que possa existir, não tem a ver com a competência dos Serviços Técnicos, tem a ver sim com as contingências de passivos e perdas potenciais que poderão aqui não estar refletidas. É o próprio Revisor Oficial de Contas que acompanha e fiscaliza a Câmara no dia a dia que faz essas referências. Como já foi mencionado pelo Sr. Vereador, os ROC têm quatro reservas que apresentam na Certificação Legal de Contas. Duas destas reservas são mais ou menos pacíficas. Uma delas tem a ver com a quantificação do valor do Imobilizado, que sabe ser um problema que ocorre em todas as Câmaras deste País, após ter sido introduzida a contabilização do POCAL, foi necessário avaliar todo o imobilizado, sendo um tipo de avaliação difícil e que poderá demorar algum tempo. -----

Menciona ainda a reserva dos ROC, em relação à especialização dos exercícios, no que concerne a impostos e taxas. Se essa especialização não estiver a ser feita na Câmara, são valores que mais ou menos compensam ano após ano. -----

2014.04.28

Dois outros aspetos que lhe parecem importantes, têm a ver com a probabilidade a que fazem referência os ROC de haver aqui alguns passivos potenciais, ou seja alguns passivos contingentes que não estão refletidos nas contas, e outro, que para si também é um aspeto relevante, e que tem a ver com a valorização dos proveitos deferidos, que representam 18,9 milhões de euros no Balanço do Município de Vale de Cambra. Daí que de facto, esteja numa situação de algum desconforto perante a Prestação de Contas de 2013. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, para dizer que tecnicamente não acompanha o Sr. Dr. José Soares, mas quer dizer que o que ele acabou de referir é eterno nesta Câmara Municipal. Em 1994, decidiram fazer a mesma apreciação que o Dr. José Soares acaba de fazer, com o mesmo resultado. A Câmara Municipal sempre viveu da magia dos seus Autarcas em captar dinheiros da CEE e do endividamento para ter o Município infraestruturado. Sempre foi assim, em 1983, em 1985, em 1994, porque nunca houve capacidade do Município ter receitas próprias para assumir aquilo que foi feito. Durante quarenta anos e desde a aprovação da Lei das Finanças Locais, foi assim em Vale de Cambra. As receitas não chegam para nada. -----

Lembra-se que em tempos, queria dar aos serviços do Município, sustentabilidade, mas, por qualquer razão nunca foi possível, porque as pessoas não podiam pagar. Todas as instalações, quer desportivas, culturais, recreativas ou serviços deram sempre prejuízo, porque não há capacidade de as pôr auto sustentáveis. É essa a razão porque não há receita. Sempre assim foi e sempre houve o cuidado de não fazer este ónus passar para a população, na qualidade de contribuintes, com o aumento significativo de Impostos Municipais. Por isso recorreu-se ao endividamento. De uma forma geral o que existe em obras municipais e infraestruturas é 10% de receita municipal, 75 ou 85%, de dinheiro

2014.04.28

da CEE, e o resto é de endividamento, que perfaz os 11 milhões. O que sabe é que a situação financeira da Câmara Municipal sempre assim foi. -----

Relativamente ao que aí vem, tem a certeza que estão cá todos para continuar exatamente a ter capacidade de através do Quadro Comunitário continuar a desenvolver o Município.-----

Quanto ao endividamento, em termos históricos, quer afiançar que este foi feito com uma determinada lei das finanças locais, que foi alterada. Hoje, está a pagar-se um serviço da dívida que é o dobro de quando se contraíram os empréstimos. -----

Tudo isto, infelizmente tem que se aguentar. Está certo que o Executivo Municipal vai ser capaz de o fazer, tal como outros o fizeram. -----

Relativamente à VCP, que de facto é um problema, a dívida da Câmara Municipal à empresa está refletida na Conta de Gerência, conforme diz o Auditor porque neste momento ainda não está efetuada a aquisição. Coloca as seguintes questões: Se a compra é má, nove meses depois por que não se tomou outra opção?-----

Por que não se solicita ao douto tribunal a devolução do respetivo processo, alegando que o Município de Vale de Cambra tem outra solução? -----

Toma-se outra decisão e cá está a Assembleia Municipal para a aprovar, de certeza absoluta. Agora ter esse processo dependurado, acha que não é solução. Se é para comprar, compra-se, se não é para comprar porque é um mau negócio, não se compra. -----

A bancada do PSD, saúda em ano de crise, o cumprimento da Lei das Finanças Locais. -----

O valor da dívida é demais, não devia haver dívidas, mas não é quarenta milhões, como foi comentado por aí. O valor da dívida é apenas a que a Conta de Gerência

2014.04.28

refere.-----

A execução orçamental até nem foi muito má, foi boa, houve obra feita e mais, houve um grande apoio social muito importante nestes tempos difíceis. -----

Está de acordo com o Sr. Presidente da Câmara, quando este diz que desde 2001 que não há dinheiro para aplicar em infraestruturas com água e saneamento para os Municípios, e, quase que concorda com o Sr. Presidente que neste novo quadro, poderá não estar previsto o financiamento desse tipo de infraestrutura. Agora se não há um serviço de água e saneamento sustentável, pergunta como é que vai haver água e saneamento no resto do Município? -----

Quanto à Auditoria, quer que ela apareça o mais rapidamente possível e conforme já disse ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, continua à espera exatamente quanto ao endividamento, de saber quando, como e quem o fez, porque isto continua a levantar dúvidas e suspeições. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Eng.º João Lameiras.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º João Lameiras referiu que o Partido Socialista ainda há pouco tempo tinha manifestado a sua posição acerca do endividamento da Câmara, por isso era importante que a Auditoria se concluísse o mais rapidamente possível. Também disse que para bem de todos os Municípios, para bem de todos os valecambrenses, que fossem esclarecidas todas as questões que possam surgir, que não se criem falsas considerações e que se esclareça tudo rapidamente para bem de todos, porque o caminho é olhar para a frente. É disso que precisam todos os valecambrenses, do trabalho de todos. Pensem sempre de uma forma positiva, serem criativos, pro ativos e deixarem muitas vezes determinado tipo de questões pessoais para trás, porque na política, do seu ponto de vista, não há questões pessoais a tratar, há questões políticas e opiniões

2014.04.28

personais, não há assuntos pessoais, por isso seria bom que rapidamente se esclarecesse o tipo de endividamento da Câmara Municipal, para que se caminhe em frente, em segurança e saber qual é o caminho que tem de se prosseguir.-----

Usou novamente da palavra o Dr. José Soares, para referir que ao longo do tempo, a Câmara Municipal investiu com endividamento, agora os tempos estão a mudar, pois mesmo a nível central estão a ver-se as consequências de se ter assumido dívida excessiva. Julga por isso ser tempo de tentar reduzir o mais possível o endividamento. -----

Quando atrás, se referiu a 12,2 milhões de euros, este valor era só de endividamento bancário, tem de se contabilizar também a dívida a fornecedores que no final do ano era de cerca de 4.400.000,00€ e, com aquele que poderá eventualmente surgir depois de se concluir que poderá ter de se pagar mais por terrenos adquiridos e outras potenciais dívidas que possam advir e fundamentalmente a situação da VCP. Entende que qualquer que seja a solução que o Município tome, será um mau negócio para o concelho. -----

São estas questões que de facto têm de ser preocupantes. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas apresentados, relativos ao ano de dois mil e treze, por dez votos a favor, da bancada do PPD/PSD e do Sr. João Pedro Costa da bancada do PS e dezassete abstenções da bancada do CDS/PP, do Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e da Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, da bancada do PS. -----

Declaração de voto do Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras, em nome da bancada do PS: “O Partido Socialista decidiu abster-se do ponto 1 da Ordem do

2014.04.28

Dia “Prestação de Contas do ano de 2013”, por entender que não houve igualdade de oportunidades nos concursos que o Município de Vale de Cambra promoveu.-----

O Município de Vale de Cambra, foi de longe o que menos concursos públicos fez em áreas como a manutenção de viaturas, economato (Papel, material de informática) e materiais para limpeza e obras públicas. -----

Assim, porque o partido Socialista sempre defendeu a igualdade de oportunidades para todos os munícipes, vem desta forma apresentar a justificação para o seu voto”. -----

Declaração de voto do Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, em nome da bancada do CDS/PP: “O CDS absteve-se, pelas razões nomeadamente as que são invocadas pelos Revisores Oficiais de Contas. Não têm a certeza de que as contas reflitam a verdadeira e apropriada situação patrimonial do Município.” -----

Ausentou-se da sala o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho. -----

2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO DE 2013 – REFORÇO DA CONTA RESERVAS LEGAIS:

Presente a deliberação da Câmara Municipal de oito de abril de 2014, pela qual deliberou constituir o reforço anual da conta 571 - Reservas Legais, no valor de € 70.760,88 (setenta mil setecentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos), que corresponde à percentagem de 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2013.---

Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. António Alberto Gomes, para esclarecer que este é um procedimento que resulta de uma proposta da Câmara Municipal e que decorre da obrigatoriedade do POCAL. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o reforço da Conta 571 – Reservas

2014.04.28

Legais, pelo valor de € 70.760,88 (setenta mil setecentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos), que corresponde à percentagem de 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2013, por vinte e três votos a favor da bancada do CDS/PP, da bancada do PPDPSP e do Sr. João Pedro Costa, da bancada do PS e três abstenções do Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, do Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e da Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves da bancada do PS.---

Regressou de novo à sala o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho. -----

3. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA (QUADRO XV – TAXAS GERAIS, CAPÍTULO II): Presente

para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 11 de março de 2014, pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal a seguinte ratificação da retificação ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra:-----

Onde consta “faixa anunciadora apenas quando colocada nos locais destinados pela Câmara Municipal de Aveiro”, passa a constar “faixa anunciadora apenas quando colocada nos locais destinados pela Câmara Municipal de **Vale de Cambra**”. -----

Usou da palavra a Sra. Vereadora Eng.ª Catarina Paiva, que leu uma informação interna de 28 de abril de 2014, que a seguir se transcreve: -----

“Em reunião da Câmara Municipal de 30-04-2013, foi aprovado o projeto de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, o qual foi submetido a inquérito público e publicado na íntegra em DR II Série, n.º 98 de 22-5-2013. No entanto, o texto do documento apresentava um erro, pois que num dos títulos do capítulo II, respeitante a publicidade e ocupação do domínio público e aproveitamento de bens de utilização pública se lia “faixa

anunciadora apenas quando colocada nos locais destinados pela Câmara Municipal de Aveiro”.-----

Após o Inquérito público, o projeto de alteração do regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal em 09-07-2013 e pela Assembleia Municipal em 26-07-2013.---

Em 28-08-2013, foi publicado em DR II Série n.º 165, Edital referente à aprovação da alteração ao regulamento, fazendo menção ao erro material ocorrido. O que veio a ser objeto de ratificação (pois que a esta retificação consubstancia uma ratificação) pela deliberação da Câmara Municipal de 11-03-2014, de que agora se dá conhecimento à Assembleia Municipal, igualmente para ratificação.”-----

A Sra. Vereadora Eng.^a Catarina Paiva, esclareceu que a uma determinada altura, quando começou a ler o Regulamento e Tabela de Taxas do Município, verificou que havia um lapso pois estava escrito Aveiro em vez de Vale de Cambra. Após ter sido detetado esse lapso, o Regulamento foi levado a reunião de Câmara para ser retificado. Acontece que foi constatado que efetivamente já tinha sido corrigido em Diário da República, no entanto não constava das atas correspondentes à data que estava mencionada no Diário da República. Daí, que hoje é aqui apresentada esta informação para retificação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos vinte e sete membros, ratificar o ato de retificação ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, bem como todo o processado, designadamente a deliberação proferida pela Câmara Municipal em 11 de março de 2014.-----

4. PROGRAMA METROPOLITANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E RESPETIVO PROTOCOLO –

RATIFICAÇÃO: Presente para aprovação pela Assembleia Municipal, a deliberação da Câmara Municipal de onze de março de 2014, que procedeu à

2014.04.28

ratificação dos despachos do Sr. Presidente da Câmara de **vinte e seis de fevereiro**, em que aprovou o Protocolo celebrado com a Área Metropolitana do Porto, no âmbito do Programa de Emergência Social **e de seis de março**, que operacionaliza o referido Programa Metropolitano de Emergência Social, nos termos exatos definidos para a implementação do 1.º Programa de Emergência Social da AMP, ou seja, para o efeito as etapas, fases e prazos legais fixados, bem como ratificar todo o processado. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para explicar que em 2013 foi aprovado pela Área Metropolitana do Porto, a afetação de uma verba para o Programa de Emergência Social, tendo a sua execução financeira terminado no final de dezembro. Entretanto por proposta de alguns membros da Área Metropolitana do Porto, foi deliberado afetar uma verba de 250.000,00€ para uma segunda tranche do Programa de Emergência Social. Ao Município de Vale de Cambra e de uma forma proporcional, coube a quantia de 5.423,00€, que neste momento já estão afetos ao programa. Atendendo aos prazos aprovou e subscreveu o protocolo e aquilo que é solicitado aos membros da Assembleia Municipal é a ratificação do ato de ratificação pela Câmara Municipal, dos despachos por si proferidos em 26 de fevereiro e 6 de março de 2014, pelos quais aprovou o Protocolo celebrado com a Área Metropolitana do Porto, no âmbito do Programa de Emergência Social e ainda a Operacionalização do referido Programa, ou seja as etapas, fases e prazos legais fixados. -----

Trata-se de apoiar pessoas carenciadas, nomeadamente na aquisição de medicamentos e em consultas médicas, uma afetação objetivamente na área social. Não dá, como seria expectável para construção ou reconstrução, do que seria desejável por algumas pessoas carenciadas, mas de qualquer forma o Programa Metropolitano tem decorrido com muita normalidade, a execução tem

sido excelente e acredita que muito brevemente a segunda tranche estará completamente absorvida pelas famílias carenciadas do concelho. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos vinte e sete membros, ratificar o ato de ratificação pela Câmara Municipal em 11 de março de 2014, dos despachos proferidos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de 26 de fevereiro e 6 de março de 2014, pelos quais aprovou o Protocolo celebrado com a Área Metropolitana do Porto, no âmbito do Programa de Emergência Social e ainda a Operacionalização do referido Programa, ou seja as etapas, fases e prazos legais fixados. Mais deliberou ratificar todo o processado.-----

5. RETIFICAÇÃO DOS LIMITES ADMINISTRATIVOS ENTRE AS FREGUESIAS DE MACIEIRA DE CAMBRA E RÔGE, NO LUGAR DO FÔJO:

FÔJO: Presente para aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea r), do artigo número 25.º do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a deliberação da Câmara Municipal de trinta de Dezembro de dois mil e treze, na qual aprovou a revogação parcial da sua deliberação de quinze de dezembro de dois mil e nove, aprovando os novos limites administrativos entre as freguesias de Macieira de Cambra e Rôge, no lugar do Fôjo, nos termos da Memória Descritiva e Planta que ficam apenas à ata da presente sessão. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que se abstraia de qualquer comentário, pois tem sido prática corrente quer da Câmara Municipal quer da Assembleia Municipal, não haver interferência naquilo que são as decisões entre freguesias, sobre retificações pontuais do traçado.-----

Usou da palavra o Sr. António Luís Martins da Costa para dizer que a alteração dos limites administrativos no lugar do Fôjo, tinha o consenso de ambas as Juntas, tendo sido aprovado pelas Assembleias de Freguesia de Rôge e de

Macieira de Cambra, respetivamente. -----

Usou da palavra o Sr. João Pedro Costa para dizer que se tinham deslocado ao local e que os pontos já estavam devidamente assinalados no mapa, tendo as Assembleias de Freguesia de Macieira de Cambra e Rôge aprovado os novos limites administrativos entre as duas freguesias, no lugar do Fôjo.-----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos vinte e sete membros, revogar parcialmente a deliberação da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de dois mil e nove na parte respeitante ao lugar do Fôjo, e aprovar os novos limites administrativos entre as freguesias de Macieira de Cambra e Rôge.-----

6. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA Lei n.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 17 de fevereiro de 2014, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal.-----

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que a informação sobre a atividade Municipal está vertida no documento que foi facultado aos membros da Assembleia Municipal, bem como a situação financeira. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, para dizer que estava profundamente agradecido pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara, bem como do Dr. José Soares assim como de todos os presentes pela maneira como o saudaram pela sua dedicação à vida autárquica. -----

2014.04.28

Relativamente à Atividade Municipal e ainda na área da saúde, e porque tem sido aqui ventilado a falta de médicos em Vale de Cambra, inclusivamente a possibilidade de incentivos à fixação de médicos.-----

Se os médicos forem como os de Vale de Cambra, nomeadamente o Dr. Jorge a quem presta um louvor pela sua dedicação, não há necessidade de incentivos.----

É preciso que o Poder Central e a Ordem dos Médicos, perceba que não pode enviar os jovens portugueses para o estrangeiro tirar medicina, porque a falta de médicos serve exatamente ao espírito corporativo que defende uma classe em detrimento do Povo e o Poder Central que é conivente. O Dr. Jorge não precisou de qualquer incentivo, para exercer a sua carreira profissional com a dignidade que teve, nem os médicos de Vale de Cambra. -----

Aproveita o bom exemplo do Dr. Jorge, para as pessoas saberem que se pode ter em todo o País, os médicos que faltam às populações. O que não há é capacidade para os colocar nos locais onde são necessários.-----

Questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre notícias acerca do Tribunal Judicial.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que corrobora as palavras do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho acerca dos médicos e a não necessidade dos ditos incentivos para a sua fixação. Muitas vezes é a dignidade e vontade profissional e o querer servir a comunidade onde estão inseridos. Aproveitou também para prestar a justa homenagem à dedicação do Dr. Jorge que enquanto médico desempenhou com uma dedicação extrema as suas funções. -----

Relativamente à reforma do Mapa Judiciário, tem em seu poder algumas notas que vai reportar aos membros da Assembleia Municipal e que se transcrevem: ----

2014.04.28

“Conhecendo embora, a insatisfação do anterior Executivo, manifestada em ofício enviado à Sra. Ministra da Justiça em 31 de outubro de 2012, no que se referia à falta de acolhimento por parte daquele Ministério e dos contributos que teriam de ser apresentados, não constariam do projeto lei da organização do Sistema Judiciário, e projeto lei sobre o Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais apesar do lapso de tempo decorrido, logo depois da sua tomada de posse este Executivo não descurou o assunto e em reunião de trabalho realizada na Câmara Municipal em 11 de novembro de 2013, com a deputada da Assembleia da República Teresa Anjinho, que integra a Comissão Parlamentar para a Justiça, manifestou toda a sua preocupação no que se referia ao Mapa Judiciário e modelo previsto para Vale de Cambra, conforme reportou à Assembleia Municipal, na informação sobre a Atividade Municipal em 20 de novembro de 2013. -----

Nessa mesma sessão ordinária, fez aprovar pelo grupo municipal do CDS/PP, uma Moção de rejeição aos dois projetos de diploma referidos, da qual foi dado conhecimento à Sra. Ministra da Justiça e ao Bastonário da Ordem dos Advogados. -----

Em 14 de novembro de 2013, o Município de Vale de Cambra, marca presença numa reunião com a Ordem de Advogados, transmitindo a sua posição relativamente a este assunto. -----

Em 27 de novembro de 2013, o Executivo promove uma reunião com os Advogados do Município, no sentido de definirem estratégias para a defesa do nosso Tribunal. -----

Em 21 de janeiro de 2014, em ofício enviado à Sra. Ministra da Justiça, reiterou toda a insatisfação do Município no que se referia às condições de acesso à justiça. Para a população do Município, viriam a resultar da aprovação do regime

2014.04.28

de organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais, anexando idêntica posição tomada pela delegação de Vale de Cambra da Ordem dos Advogados. --- Em 6 de fevereiro, em reunião realizada com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local em Lisboa, voltou a manifestar a imensa preocupação da Câmara Municipal no que se referia às consequências que resultariam para o Município e munícipes da aprovação da reorganização judiciária. Apesar de todos os esforços envidados, não logrou o Município a concretização das suas aspirações". -----

Isto para dizer que esta decisão, e, ao que é dado perceber, aquilo que foi a evolução dos acontecimentos, e, isto já data de 2012, como é do conhecimento geral, nunca houve por parte do Ministério da Justiça abertura no sentido de se resolver esta questão de uma forma menos gravosa para Vale de Cambra. Por isso e enquanto executivo, fizeram objetivamente aquilo que estaria dentro das suas possibilidades, atendendo aos *timings* em que tudo aconteceu. -----

Esta reforma já estava pensada e estruturada, pode ter existido alguma interferência política, mas no seu todo verifica-se uma insatisfação a nível nacional.-----

Pode um ou outro Município de uma forma muito pontual estar satisfeito com esta reforma judiciária, mas a nível nacional, acredita no descontentamento generalizado. -----

Acredita que a situação não é irreversível, há sempre uma hipótese ténue de se equacionar uma reversão daquilo que é a decisão, mas atendendo a todos os contactos que foram feitos, inclusive pessoas ligadas ao Governo, sempre foi dito que não havia por parte do Ministério da Justiça abertura para mais alterações. ---

Aquando de uma reunião que teve com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, Dr. António Leitão Amaro, foi referido objetivamente por este,

2014.04.28

que naquela data, a definição do Mapa Judiciário estava já encerrada em 2013. Esta informação foi dada na presença de outros Presidentes de Câmara que a podem validar, tendo o Sr. Secretário de Estado dito que era um assunto encerrado. -----

Usou da palavra o Sr. Eng.º Afonso Silva, para dizer que na sequência da informação do Tribunal, lembra-se da situação da Repartição de Finanças, sem pôr em causa a competência da Câmara Municipal e o seu empenho. Chama a atenção para que estejam atentos, porque com o encerramento de cinquenta Repartições de Finanças ou o encerramento de Repartições de Finanças em 50% das localidades, não o surpreenderia muito, se amanhã se lembrassem de encerrar a Repartição de Finanças em Vale de Cambra, deixando em sua substituição uma loja para atendimento ao público como quem atende um pobre. - Sugere à Câmara Municipal que fique atenta e antes de tomar qualquer decisão, deve socorrer-se daquelas portas que toda a gente conhece o mais rapidamente possível. -----

Usando da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara a perguntar se tinha ido parar tudo a S. João da Madeira? Sr. Presidente o processo estava parado em outubro, mês de eleições, depois recomeçou, indo parar a S. João da Madeira, a parte que era de Vale de Cambra.- Dá nota do seu descontentamento e do seu desencanto, vai tudo, não fica cá nada, enquanto Ministros e Secretários de Estado se passeiam em Vale de Cambra. Tranquem as portas.-----

Usou da palavra o Sr. Eng.º Filipe Pascoal para congratular uma associação que em muito tem contribuído para o concelho, que é o Sport Club de Cambra, que com o apoio de várias entidades e empresas, através de muito esforço e dedicação organizou mais uma vez o Campeonato Mundial de Enduro. -----

2014.04.28

Além das inúmeras e diversas tarefas que um evento deste género exige, também foi realizada uma vasta e eficaz publicação do evento, respetivo acompanhamento e publicação direta e online do desenvolvimento das diversas etapas.-----

Salienta o facto do evento se realizar pela terceira vez no concelho, conseguindo desta forma elevar o nome de Vale de Cambra a nível mundial bem como dinamizar a economia local e de concelhos vizinhos.-----

Bem haja ao Sport Club de Cambra, a todos os participantes voluntários que se associaram ao evento e a todas as entidades e empresas envolvidas. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para referir que não pode deixar de dizer uma coisa que o inquieta pessoalmente e que pensa ser inquietante para todos. Comparar o tempo que se perdeu a discutir a execução de um orçamento de vinte e um milhões de euros comparativamente com aquele que se perde a discutir certos e determinados assuntos, acha que há uma gradação de importância e entende que deve levar a que todos reflitam um pouco na situação.-----

Entende haver uma desproporcionalidade de tempo em assuntos que considera de extrema importância.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que de uma forma muito sucinta referiu algumas notas: -----

Informou que irá decorrer no próximo sábado, o festival “Beck Fest”, é uma candidatura organizada pela ADRIMAG. O festival vai ser desenvolvido em parceria com os sete Municípios da Área de Intervenção da ADRIMAG, tendo conseguido trazer para Vale de Cambra a festa de encerramento, por motivo de recalendarização. Vai ter uma componente musical e um espetáculo pirotécnico. O Festival vai decorrer no Parque da Cidade e em principio o tempo vai estar

2014.04.28

animador. Acredita que este cartaz vai trazer muitas pessoas a Vale de Cambra e também nesse mesmo dia vai decorrer a abertura do 1.º Festival Gastronómico da Vitela da Raça Arouquesa.-----

Em relação a esta matéria, esclareceu que não se mudou o nome por mudar, nem tem nada contra a história deste evento, que sempre acarinhou e era uma mais valia para o concelho. A única questão que se prende, é o facto de ser um produto estratégico, que na sua opinião poderá vender melhor no exterior e que por outro lado permita que o setor primário possa crescer e desenvolver-se em torno da produção da raça Arouquesa e desmistificar assim o conceito que existe desta raça ser património exclusivo do concelho de Arouca, é uma raça transversal e como tal, também é património do território de Vale de Cambra. Como é uma carne de excelência é importante vender esta imagem, permitindo que os produtores valecambrenses possam agarrar a oportunidade e criar condições de notoriedade para uma raça e para uma qualidade de carne tão importante. -----

Convida todos os membros da Assembleia Municipal a participarem nestes dois eventos que vão decorrer no concelho de Vale de Cambra. -----

Em termos de encargos com o festival “Beck Fest”, estes são meramente residuais em termos de logística, uma vez que toda a parte financeira suportada por este evento é assegurada pela candidatura que foi feita pela ADRIMAG. -----

Espera, que quer o festival gastronómico da vitela da raça Arouquesa quer a mostra municipal de artesanato e vinhos quer o próprio “Beck Fest”, possam decorrer com sucesso e permitam trazer muita gente ao concelho como aconteceu no Mundial de Enduro. Naturalmente o Município também deu todo o apoio a esta iniciativa, e mais importante que isso foi o feedback que teve no comércio, na hotelaria e na restauração, sendo uma mais valia para o concelho.

